



# UNifeob

## PROJETO INTEGRADO

### ESCOLA DE NEGÓCIOS

2020



UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

ESCOLA DE NEGÓCIOS

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROJETO INTERDISCIPLINAR**

ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E  
DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS A  
SEREM REALIZADOS COM BASE NAS  
DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL

**Lojas Renner S.A.**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2020

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

ESCOLA DE NEGÓCIOS - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTERDISCIPLINAR**

**ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E  
DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS A  
SEREM REALIZADOS COM BASE NAS  
DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL**

**Lojas Renner S.A.**

MÓDULO DE CONTABILIDADE APLICADA

Contabilidade Avançada - Prof. Luiz Fernando Pancine

Teoria da Contabilidade - Prof. Júlio César Teixeira

Análise de Normas e Pronunciamentos Contábeis - Prof. Antônio  
Donizeti Fortes

Práticas de Sistemas Contábeis - Prof. Danilo Morais Doval

Contabilidade Comercial - Prof. Max Streicher Vallim

Alunos:

André Luis Nogueira Luciano, RA 20000771

Amália Carolina Domingos, RA 20000932

Beatriz Simplicio, RA 20000912

Caique Fernando Poiatti, RA 20000918

Maria Eduarda da Silva Carvalho, RA 20000931

Maurício Mapelli Betti, RA 20000821

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2020

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA	8
3 PROJETO INTERDISCIPLINAR	10
3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	10
3.1.1 AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO	11
3.1.2 FLUXO DE CAIXA	12
3.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS	16
3.2.1 CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE	16
3.2.2 CPC 16 (R1) – ESTOQUES	18
3.2.3 CPC 20 (R1) – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS	20
3.2.4 CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO	21
3.2.5 CPC 04 (R1) - ATIVO INTANGÍVEL	22
3.2.6 CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE	27
3.3 TEORIA DA CONTABILIDADE	29
3.3.1 ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE	29
3.3.2 ATIVO E PASSIVO	31
3.3.3 RECEITAS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS	34
3.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS	35
3.4.1 – BALANÇO PATRIMONIAL	35
3.4.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	36
3.4.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC	37
3.4.4 – RAZÃO CONTÁBIL	38
3.5 CONTABILIDADE COMERCIAL	39
3.5.1 – TRANSAÇÕES COMERCIAIS	39
3.5.2 – OPERAÇÕES FINANCEIRAS	42

	44
4 CONCLUSÃO	46
5 REFERÊNCIAS	48
6 ANEXOS	51

## **1 INTRODUÇÃO**

Neste projeto interdisciplinar será elaborado o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e a demonstração de fluxo de caixa de uma empresa. Com o lançamento de eventos contábeis simulados e dados reais extraídos da BMF Bovespa, foi possível elaborar os relatórios necessário para a realização deste projeto.

Para a realização deste projeto foi utilizado como base a Lojas Renner S.A. Atualmente a empresa é a maior varejista de moda do Brasil, atuando no comercio nacional e exterior, estes fatores auxiliaram na escolha da empresa para a realização deste projeto.

Cada unidade de estudo deste projeto, tem uma grande importância para a sua realização. Com o conhecimento teórico transmitido ao longo do semestre, foi possível desenvolver habilidades que irão auxiliar em nossa carreira contábil.

Na unidade de estudo de Contabilidade Avançada, foram abordados os princípios fundamentais da contabilidade, foi possível compreender os conceitos de coligada, controlada e equiparadas, também foi abordado como funcionam os processos para a elaboração de demonstrações consolidadas, processos de reorganização societária e os métodos de avaliação de investimento.

Com a unidade de Análise de Normas e Pronunciamento Contábeis, foram realizados a análise de alguns dos CPCs, desta forma foi possível entender as definições das principais normas da contabilidade como por exemplo: Ativo intangível, Ajuste a valor presente, estoques, financiamentos, ativo imobilizado e receita de contrato com o cliente.

Com a unidade de Teoria da Contabilidade, conhecemos a estrutura conceitual utilizada para a divulgação dos relatórios contábeis, com base no CPC 00. Também foram abordados conceitos indispensáveis de pontos como: Ativo, Passivo, Receita, Despesas, Ganhos e Perdas.

A unidade de Prática de Sistemas contábeis nos auxiliou a colocar em prática, o conhecimento teórico adquirido ao longo do semestre. Com o auxílio do software netspeed,



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

foi feito o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração do fluxo de caixa e a razão contábil da Lojas Renner.

Foram abordados por fim as operações de: compra e venda, operações financeiras e também os lançamentos decorrentes da folha de pagamento, na unidade de estudo de Contabilidade Comercial.

## **2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA**

A Lojas Renner atua no mercado varejista do Brasil, sendo especialista no ramo de moda. Com a sua razão social Lojas Renner S.A. inscrita sob CNPJ: 92.754.738/0001-62, com sede administrativa no bairro Jardim Carvalho na cidade de Porto Alegre-RS, atualmente é a maior varejista de moda do país, possuindo lojas em todos os estados do Brasil, e atuando também no E-Commerce. Desde o ano de 2017 a Lojas Renner atua no mercado exterior, possuindo atualmente 4 unidades na Argentina e 9 unidades no Uruguai. Encontrando se no momento atual a frente de suas maiores concorrentes: Riachuelo, C&A e Marisa

Tudo se iniciou com a inauguração de sua primeira loja para venda de artigos têxteis na cidade de Porto Alegre, no ano de 1922 quando fazia parte do grupo A. J. Renner, que possuía na época uma indústria fabril. No ano de 1940 a empresa ampliou o seu mix de produtos, passando a operar como uma loja de departamentos.

Com o grande crescimento e evolução da empresa, o grupo A. J. Renner optou por tornar independentes as empresas que compunham o grupo, neste momento surge a Lojas Renner S.A. No ano de optou em abrir seu capital, negociando suas ações com o intuito de expandir cada vez mais sua marca.

A companhia passou por uma grande reestruturação no início dos anos de 1990, passando a operar como uma loja de departamentos especializada em moda. Com a implantação da filosofia do encantamento, a Renner começou sua expansão para além de Rio Grande do Sul, passando a atuar em outros estados do Brasil como por exemplo: Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal.

Em 1998 a J.C. Penney Brazil Inc. adquire o controle acionário da Lojas Renner. Com isso foram adotados procedimentos e controles internos que se diferenciavam das demais empresas do ramo, outro ponto positivo desta aquisição foi o acesso a fornecedores internacionais.

Foi pioneira no desenvolvimento a partir de cinco estilos de vida, refletindo um jeito de ser e de vestir, com base em atitudes, interesses, valores, personalidades e hábitos dos clientes. No ano de 2005 entrou no novo mercado da Bovespa e passou a ser a primeira





CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

Companhia no país a ter seu capital pulverizado e aproximadamente 100% das ações em circulação.

Seu público é formado por pessoas de diversas idades, estilos e classes sociais, buscando sempre o encantamento do cliente, entregando sempre além de suas expectativas. Buscando levar qualidade para seus clientes, ela conta com fornecedores nacionais e internacionais que estejam de acordo com todos os valores da Companhia e que sigam seu “Código de conduta para fornecedores”

A Lojas Renner S.A. atua no mercado por meio das empresas: Renner, de moda e vestuário; Camicado, de decoração e artigos para a casa; Youcom, de moda jovem e da ASHUA Curves & Plus Size, de roupas femininas em tamanhos grandes.

### **3 PROJETO INTERDISCIPLINAR**

#### **3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA**

Através da Contabilidade é possível que a empresa distinga o valor de seus ativos, passivos, receitas, custos e despesas, a rentabilidade e lucratividade do negócio, produtividade da mão de obra e através disso, pode realizar um bom planejamento tributário. A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões certas. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os em forma de relatórios, que contribuem para a tomada de decisões.

Iniciando a introdução sobre conteúdos de Contabilidade, podemos afirmar o quanto ela é importante e necessária na organização. Citando também a importância das distinções dos princípios que implicam na contabilidade e suas normas, aplicadas diretamente na gestão das empresas.

Na disciplina contabilidade avançada foram abordados diversos conteúdos, dentre eles os princípios fundamentais de contabilidade. Dentre os temas mais importantes estão destacados a consolidação de demonstrações financeiras; reorganização societária (incorporação, cisão e fusão); dissolução, liquidação e extinção de sociedades; transações em moeda estrangeira e conversão de demonstrações financeiras para a moeda de apresentação e instrumentos financeiros.

Abordando mais sobre o conteúdo podemos citar suas bases normativas e os tópicos mais importantes. As normas que estabelecem os processos de incorporação, cisão e fusão é a Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações, Artigos 220 a 234. Outra norma importante relacionada à contabilização das reorganizações societárias que fornece conceitos e procedimentos importantes é o pronunciamento CPC 15 – Combinação de Negócios. Cada procedimento contábil que será aplicado na organização, dependerá da organização societária, no caso se for ou não caracterizada como uma combinação de negócio, a contabilização terá como base o valor contábil dos ativos líquidos ou (ativos menos passivos) das entidades envolvidas.

O encerramento das atividades de uma empresa, a exemplo de sua constituição está sujeito ao cumprimento de exigências legais, principalmente as estabelecidas pelos mesmos

agentes públicos em que foi processada a sua abertura, nos quais se deve providenciar a sua baixa. As circunstâncias que podem levar as empresas a extinguirem total ou parcialmente suas atividades são muitas. Contabilmente, o encerramento de uma empresa é feito mediante a transferência dos valores ativos e passivos, para a outra empresa, ou no caso de extinção, mediante a liquidação do patrimônio e partilha dos saldos existentes entre os sócios.

A transformação de sociedade é a forma de se alterar o tipo societário presente. Por se tratar de modificação do formato constitutivo em relação ao vínculo societário da pessoa jurídica anteriormente constituída, não se constitui em dissolução ou extinção da sociedade transformada e sim apenas de sua modificação para outro tipo societário, a exemplo de uma sociedade limitada que é transformada em uma sociedade anônima e vice versa.

Ao decorrer do trabalho, iremos abordar diversos conteúdos aplicados durante o período de aulas com o professor Fernando Pancine, e a ser ventia de cada matéria e tema na contabilidade e seus ramos de atuação.

### **3.1.1 AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO**

O Método de Equivalência patrimonial corresponde ao valor do investimento determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido de cada coligada e controlada, ou seja, o MEP será registrado na contabilidade mediante ao percentual dos valores dos investimentos feitos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum, com base na variação ocorrida no patrimônio líquido dessas sociedades.

O Método de Custo ocorre quando não existe a obrigatoriedade de se fazer o MEP, onde temos como exemplo o investimento em sociedades que não são coligadas ou controladas, pois acabam sendo investimentos de baixa relevância, ou quando há investimento relevante em uma coligada, mas não existindo qualquer influência significativa em sua administração, ou também caso o percentual de participação nas ações não atinge 20% do capital social da sociedade coligada. No Método de Custo as operações que alteram a situação patrimonial da investida não são reconhecidas ou registradas na investidora no momento de sua ocorrência, pois nesse método os investimentos decorrentes de participações societárias em outras empresas são avaliados pelo preço de custo, ou seja, pelo mesmo valor da aquisição das ações.

Pode-se entender por controlada como uma sociedade na qual uma controladora, diretamente ou através de outras controladas, detém os direitos de sócio que lhe assegura de um modo permanente, preponderância nas deliberações (assembleias) sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Dessa forma considera-se obrigatoriamente controlada a sociedade que possui mais de 50% das ações da empresa sendo pertencentes a controladora, ou seja, qualquer valor superior ou igual a 50,01%, e assim sendo necessária a avaliação pelo MEP.

Podemos considerar uma entidade coligada, quando o capital são controlados e vinculados. O investidor tem influência relevante em deter ou exercer o direito em participar das reuniões sobre a investida, com 20 (%) por cento ou mais do capital sobre a investidora, sem tomar decisões, portanto a sociedade coligada é quando uma empresa tem influência significativa sobre a outra. Podemos entender como coligadas, as sociedades que em suas relações de capital são, Controladas, Filiadas e com Simples Participação. A sociedade controlada permite que a controladora diretamente ou por outras controladas afirmam as deliberações sociais e o poder de escolher a maior número de administradores, em relação às Filiadas à sociedade cujo capital, outra sociedade participa com 10% sem poder de conduzi-la, já a Simples Participação a sociedade com tal determinado capital, outra sociedade com menos de 10% do capital tem o direito ao voto simplesmente.

Os métodos de investimentos são importantes para permanecer um equilíbrio econômico, podendo garantir uma estabilidade financeira nas empresas ou não, por isso as empresas devem analisar e entender em quais investimentos se enquadram.

### **3.1.2 FLUXO DE CAIXA**

A Demonstração do Fluxo de Caixa é uma ferramenta essencial de análise financeira elaborada para apontar as movimentações de entradas e saídas de dinheiro no caixa durante um período, facilitando o fechamento, permitindo uma análise desse fluxo, qual é de grande importância e eficiente para tomadas de decisões gerenciais.

Para fins contábeis a DFC se tornou uma obrigatoriedade para todas as sociedades de capital aberto ou fechado com seu Patrimônio Líquido superior a R\$2.000.000,00 conforme descrito na Lei 11.638/07 art.176.

Há dois métodos para que se possa fazer uma DFC. A forma decorrente do método direto e indireto.

## **Método Direto:**

Este é o método mais comum e usado pelas sociedades para fazer uma DFC, e utiliza-se a técnica das partidas dobradas e depois classifica os recebimentos e pagamentos. Partindo das demonstrações das entradas e saídas do caixa e equivalentes de caixa, o método direto apresenta as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, evidenciando-as e dividindo-as pela sua natureza contábil, qual refere-se a todos os pagamentos e recebimentos ocorridos pelas vendas de produtos, dos serviços, e os pagamentos realizados aos fornecedores e empregados.

Caso a empresa use o método direto de apuração do fluxo, a conciliação entre os componentes lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais deverão ser fornecidos obrigatoriamente, com objetivo de provar que todos os valores de modo individual de recebimentos e pagamentos lançados no caixa das atividades operacionais estão corretos.

Neste método, as sociedades deverão detalhar as classes abaixo:

- Recebimentos de clientes, arrendatários (se houver), concessionários e similares.
- Recebimentos de juros e dividendos.
- Outros recebimentos das operações (se houver)
- Pagamentos a empregados, fornecedores de produtos e serviços, com inclusão da segurança, propaganda, entre outros similares.
- Juros pagos.
- Impostos.
- Outros pagamentos das operações (se houver)

## **Método Indireto:**

Já no método indireto, conhecido como método da conciliação, o mesmo se baseia nos lucros ou prejuízos do exercício (DRE), por não se basear diretamente com as informações da DFC por isso o nome de “indireto”, o qual pelo mesmo motivo é considerado um método imperfeito. A demonstração do fluxo de caixa refere-se entre o resultado do caixa das atividades e o lucro líquido, ou seja, é relativo aos lucros ou prejuízos resultados na DRE.

Basicamente explicando, o método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido ou prejuízo e o caixa gerado pelas operações. Do lucro líquido extraído da DRE é realizada as adições e deduções dos itens que afetam o lucro mas não afetam o caixa, e dos que afetam o caixa mas não afetam o lucro. Se caso constarem da DRE eventos que referem-se a outras atividades, estes eventos também deverão serem adicionados ou subtraídos do lucro líquido, pois serão reportados em seus grupos específicos.

Para tanto, é necessário ajustar o lucro ou prejuízo considerando os efeitos:

- Das transações que não envolvam caixa (provisões, depreciação, impostos diferidos, variações cambiais não realizadas, resultado de equivalência patrimonial em investimentos e participação de minoritários).
- De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros.
- De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento (ganho ou perda na venda de imobilizado) ou de financiamento (ganho e perda na baixa de empréstimos).

## **Estrutura DFC**

De acordo com o CPC-03 temos um modelo padrão a ser seguido para a elaboração da DFC. A sua estrutura é dividida em três atividades: Operacionais, de investimento e de financiamento. Dentro de cada atividades são incluídos subgrupos detalhando as contas ali contidas.

Nas atividades operacionais, devem ser citados todos os gastos e despesas decorrentes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços da empresa. As contas deste grupo reúnem dados da DRE e do balanço patrimonial da empresa.

As atividades de investimento, envolvem os investimentos em patrimônios realizados a longo prazo. Podem estar neste grupo compra de móveis, imóveis, veículos e investimento financeiros. As contas deste grupo estão relacionadas ao ativo não circulante do balanço patrimonial.

As atividades de financiamento, é o grupo que contém as captações de recursos, sejam elas de terceiros ou dos sócios. Podemos citar como exemplos: empréstimos ou

financiamentos, aumentos de capital, emissões de ações, entre outros. Também temos as saídas relacionadas a pagamentos dessas dívidas e divisão de lucros. Estas contas fazem parte do passivo circulante e não circulante e também do patrimônio líquido.

Fluxo de Caixa	
Das Atividades Operacionais	
(+) Recebimentos de Clientes e outros	
(-) Pagamentos a Fornecedores	
(-) Pagamentos a Funcionários	
(-) Recolhimentos ao Governo	
(-) Pagamentos a Credores Diversos	
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades Operacionais	
Das Atividades de Investimentos	
(+) Recebimento de Venda de Imobilizado	
(-) Aquisição de Ativo Permanente	
(+) Recebimento de Dividendos	
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Investimentos	
Das Atividades de Financiamentos	
(+) Novos Empréstimos	
(-) Amortização de Empréstimos	
(+) Emissão de Debêntures	
(+) Integralização de Capital	
(-) Pagamento de Dividendos	
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Financiamento	
Aumento / Diminuição Nas Disponibilidades	
DISPONIBILIDADES- no início do período	
DISPONIBILIDADES- no final do período	

Fonte: Portal de auditoria. Acesso em 20/04/2020

O resultado da DFC, é a soma dos resultados líquidos apurados de cada grupo de atividade. É necessário conciliar a diferença dos saldos entre o início e o fim do período.

### **3.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS**

Nesta disciplina Análise de Normas e Pronunciamentos Contábeis foram abordados diversos conteúdos relacionados aos CPC 47, CPC 16, CPC 20, CPC 27, CPC 04, e CPC 12, durante o decorrer das aulas, onde pudemos ter um entendimento dos pontos mais importantes de cada norma. Nesta etapa do projeto, o foco do estudo foi compreender cada um dos CPC através de análises sucintas, nos quais foram descritos alguns pontos como: objetivo, alcance, definições, mensuração, apresentação, e suas formas de divulgação. São informações extremamente relevantes quando se trata de um entendimento por parte dos usuários, referentes a estas normas. Onde cada norma tem o intuito de, centralizar e uniformizar os pronunciamentos técnicos sobre procedimentos da contabilidade.

#### **3.2.1 CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE**

Este pronunciamento entrou em vigor em janeiro de 2018, revogando o CPC: 15 e 30. Alterou a forma de reconhecimento da receita, que somente era reconhecida no momento da emissão da nota fiscal, desta forma a receita passou a ser reconhecida quando ocorre de fato a prestação de serviço ou a entrega dos bens negociados. Porém a apuração de impostos, continua sendo auferidos através das notas fiscais.

Se aplica a todas entidades com contratos de vendas de bens ou serviços a clientes. Tendo como princípio básico o reconhecimento de receitas através da transferência de bens ou serviços, estabelecendo os princípios que devem ser aplicados sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza das receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento especifica a contabilização de contrato individual com o cliente, porém pode ser aplicado para uma carteira de contratos que tenham características similares.

O pronunciamento do CPC 47 deverá ser aplicado a todos os contratos com clientes, desde que a contraparte seja um cliente, em alguns tipos de contrato, não será aplicado o pronunciamento. Podemos citar como exemplo onde o CPC 47 não é aplicável: Contratos de arrendamento, contratos de seguros, instrumentos financeiros e permutas não monetárias.



Para que seja reconhecido um contrato com o cliente, ele deve cumprir os seguintes critérios:

- O contrato deve ser aprovado por escrito, verbalmente ou por outro tipo de acordo. Além disso, as partes devem estar dispostas a cumpri-lo. Esse contrato é firmado entre a entidade e um cliente.
- É possível identificar quais os direitos de cada parte nessa relação contratual.
- É possível identificar quais as condições para pagamento.
- O contrato deve ter substância comercial.

A entidade apenas reconhece a receita quando satisfaz uma obrigação de desempenho, transferindo um bem ou serviço prometido a um cliente, deverá ser determinado se o controle de um bem ou serviço será transferido ao longo do tempo ou em um momento determinado.

Para que ocorra o reconhecimento da receita, deve ser reconhecida pelo menos uma destas características:

- Quando o Cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida em que a entidade efetiva o desempenho, ou seja, aqueles serviços de natureza rotineira ou recorrentes, como por exemplo, serviços de limpeza, manutenção, prestação de serviços de auditoria, etc.
- Quando o desempenho por parte da Empresa cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado. Aqueles típicos serviços onde a empresa constrói um ativo no terreno do cliente.
- Quando o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para ela e está possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. É o típico caso em que a entidade constrói um ativo específico para o cliente que praticamente só tem serventia para ele.

Os requisitos de divulgação tem como objetivo, fazer que a entidade divulgue informações suficientes para permitir aos usuários de demonstrações contábeis compreender a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. Deverão ser divulgados informações qualitativas e quantitativas dos seguintes itens:

- Seus contratos com clientes
- Julgamentos significativos e mudanças nos julgamentos feitos ao aplicar este pronunciamento a esses contratos
- Quaisquer ativos reconhecidos a partir dos custos para obter ou cumprir um contrato com cliente

### **3.2.2 CPC 16 (R1) – ESTOQUES**

O CPC 16 tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil para os estoques. Devemos levar em consideração uma questão primordial na contabilização dos estoques, que seria quanto ao valor do custo a ser reconhecido como ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. Esta norma proporciona orientação sobre a determinação do valor de custo dos estoques, e sobre o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Proporcionando também, orientação sobre o método e os critérios usados para atribuir custos aos estoques.

O CPC 16 é aplicável a todos os estoques, mas com exceção dos Instrumentos financeiros, e também, dos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e o produto agrícola no ponto da colheita.

Esta norma (pronunciamento) não se aplica também à mensuração dos estoques mantidos por, produtores de produtos agrícolas e florestais, produtos agrícolas após colheita e de minerais e produtos minerais, até o momento em que eles sejam mensurados pelo valor realizável líquido, de acordo com as práticas bem estabelecidas nesses setores pela indústria na qual está inserida. Quando estes estoques são mensurados pelo valor líquido de realização, as alterações nesse valor devem ser reconhecidas no resultado no momento em que incorrerem. E para comerciantes de commodities, que mensuram seus estoques pelo valor justo (Fair Value), deduzido dos custos de vendas. Em caso de alterações desse valor, devem ser reconhecidas diretamente no resultado no período em que incorrerem.

Estoques, segundo o CPC 16, são ativos mantidos para venda, no curso normal dos negócios, ou em processo de produção para venda, ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados durante o processo de produção ou na prestação de serviços. Onde temos como exemplo insumos, produtos semi acabados, etc.

O Valor realizável líquido pode ser entendido como o preço de venda, estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para sua conclusão, mais os gastos estimados para a concretização da venda. Onde seria um valor específico para a entidade, um valor que a entidade espera receber pela venda do estoque.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Onde o valor justo seria certamente, o preço pelo qual ocorreria a venda do estoque no mercado.

Dessa forma nota-se que primeiro (Valor realizável líquido), é um valor específico para a entidade, enquanto que o segundo (Valor justo), já não é, onde nem sempre são equivalentes. Por isso, o valor realizável líquido dos estoques pode não ser equivalente ao valor justo, deduzido dos gastos necessários para a respectiva venda.

Os estoques que se enquadrem nas definições de estoques do CPC 16, devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. E em condições especiais os estoques podem ser avaliados pelo valor justo (Fair Value). O valor de custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição, transformação, e todos os custos que forem incorridos até que o produto esteja em condições de venda. Os custos de aquisição, incluem os preço de compra, impostos (exceto os tributos recuperáveis), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio, materiais e serviços, e descontos comerciais (abatimentos e outros itens semelhantes que devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição). Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com a mão de obra direta, também incluem o custos indiretos de produção, custos fixos diretos e custos variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

O custo dos estoques, que não sejam os tratados individualmente ou por projetos, devem ser atribuídos pelo uso do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS), ou pelo critério do custo médio ponderado. A entidade deve usar o mesmo critério de custeio para todos os estoques que tenham natureza e uso semelhantes para a entidade. Para os estoques que tenham outra natureza ou uso, podem justificar-se diferentes critérios de valoração.

O reconhecimento das despesas no resultado acontece quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques devem ser reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem. A quantia de toda reversão de redução de estoques, proveniente de aumento no valor realizável líquido, deve ser registrada como redução do item em que for reconhecida a despesa ou a perda, no período em que a reversão ocorrer.

As demonstrações contábeis devem divulgar, as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados. O valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade. O valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda. O valor de estoques reconhecido como despesa durante o período. O valor de qualquer redução/reversão de estoques reconhecida no resultado do período de acordo com o reconhecimento da despesa como resultado. As circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques, e o montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos.

### **3.2.3 CPC 20 (R1) – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS**

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção deste ativo. Outros custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesas.

Seus alcances a entidade deve ser aplicado este pronunciamento na contabilização de custos e de empréstimos.

O pronunciamento não trata de custo do capital. A entidade não é requerida a aplicar este pronunciamento aos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de: ativo qualificável mensurado pelo valor justo, como por exemplo ativos biológicos, estoques que são manufaturados, ou produzidos em larga escala ou em bases repetitivas.

Estes pronunciamentos utilizam as seguintes definições de seus termos com os seus significados:

- Custos empréstimos são juros e outros custos em que a entidade incorre em conexão com empréstimos de recursos.
- Custos empréstimos incluem encargos financeiros calculado com base no método da taxa efetiva de juros como decreto do pronunciamento.
- Encargos financeiros relativos ao arrendamento mercantis financeiros reconhecidos.
- Variações cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira na medida em que elas são consideradas como ajustes, para mais ou para menos dos custos dos juros.

Dependendo das circunstâncias, um ou mais dos seguintes ativos podem ser considerado ativo qualificável:

- Estoque
- Planta para manufatura
- Ativo intangível
- Propriedade para investimento
- Usina de geração de energia

A entidade reconhece capitalização os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, a constituição ou a produção de ativo qualificável como parte do custo de ativo. A entidade deve reconhecer os outros custos de empréstimos como despesa no período em que são incorridos.

Custo de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de ativo qualificável devem ser capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com segurança.

### **3.2.4 CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado a partir da união de esforços e comunhão de objetivos das várias entidades que regulam normas contábeis no Brasil, dentre as quais, o CFC, a CVM e o IBRACON.

Foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade

reguladora brasileira, tendo como foco à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

## **O ativo imobilizado:**

Para um bem ser enquadrado como imobilizado, é necessário atender aos seguintes requisitos conforme o CPC 27:

- Deve ser tangível;
- Deve ser destinado para uso de produção ou fornecimento de mercadorias e serviços, para aluguel ou outros fins administrativos;
- Deve ser utilizado por mais de um período.

O ativo imobilizado deve ser um item palpável, marcas e patentes por exemplo. Além disso, o bem tem que possuir o objetivo de alocação dos itens destinados para produção e ou venda de mercadorias e serviços, inclusive de ordem administrativa. Ou seja, todo item que seja utilizado tanto para produzir quanto para vender um bem, ou que seja utilizado para serviços internos da entidade que gerem benefícios econômicos à mesma, deve ser enquadrado no imobilizado. A mesma regra vale na hipótese de locação desse bem a outrem.

O objetivo do Pronunciamento Contábil CPC 27 é o de estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento de uma entidade em seus ativos imobilizados, bem como as mutações nesse investimento.

Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Onde deverão constar, alcance, definições, reconhecimento, mensuração e divulgação.

### **3.2.5 CPC 04 (R1) - ATIVO INTANGÍVEL**

No CPC 04 é apresentado o pronunciamento sobre o Ativo Intangível, abrangendo todo detalhamento deste item, o seu objetivo, definições, alcance, e tudo aquilo o que engloba

na contabilidade. Ativo intangível trata-se de um item ativo porém não monetário, ele é identificável sem substância física ou incorpóreo conforme CPC 04. Basicamente explicando, o ativo intangível possui valor econômico, mas o mesmo não tem existência física, representando direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização.

Por exemplo:

- Marcas
- Patentes
- Licenças
- Softwares
- Franquias
- Fundo de comércio adquirido
- Direitos autorais
- Direitos de propriedade industrial e de serviços
- Desenvolvimento de tecnologia
- Receitas e fórmulas
- Modelos, projetos e protótipos
- Know-how
- Capital intelectual
- Entre outros

O objetivo do CPC 04 é apresentar e definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis, visto que este item não é abrangido especificamente em outro Pronunciamento. Tem o objetivo também de estabelecer que, um ativo intangível deve ser reconhecido no balanço apenas se apresentar e atender os determinados critérios que são especificados neste Pronunciamento, especificando também como mensurar o valor contábil desses ativos e exigindo divulgações específicas sobre os mesmos.

Este Pronunciamento é aplicável sobre a à contabilização de ativos intangíveis, porém com algumas exceções como por exemplo: se o ativo estiver dentro do alcance de outro CPC; se pertencerem a classe de ativos financeiros conforme CPC 39, e também no caso de determinadas atividades ou transações especiais que dão origem a questões que requerem um tratamento diferenciado, por exemplo os ativos que sejam advindos da exploração e avaliação

de recursos minerais (CPC 34) e gastos com desenvolvimento e extração de minerais e recursos naturais similares.

Vale ressaltar que caso outro pronunciamento contábil estabelecer o tratamento contábil para um tipo específico de ativo intangível, a entidade deverá aplicar o referido pronunciamento específico em vez deste. Como por exemplo o CPC 16 que trata como estoque os ativos intangíveis mantidos pela entidade para venda no curso ordinário dos negócios; CPC 32 ativos fiscais diferidos que entra em tributos sobre o lucro, CPC 06 arrendamentos; ativos intangíveis não circulantes classificados como mantidos para venda ou que foram incluídos em um grupo de ativos a ser alienado, que é classificado como mantido para venda conforme o Pronunciamento Técnico CPC 31, entre outros.

Este pronunciamento aplica-se diretamente a gastos com propaganda, as marcas, patentes, treinamentos, e também as atividades de pesquisa e desenvolvimento. Especificando que estas atividades de pesquisa e desenvolvimento destinam-se apenas ao desenvolvimento de conhecimento, pois, mesmo que no futuro venha gerar um ativo físico como por exemplo um protótipo, este elemento físico será considerado secundário em relação ao seu componente intangível, no caso das pesquisas e conhecimentos que foram incorporados ao mesmo.

Os elementos de um ativo intangível são avaliados pela sociedade com intuito de considerar aqueles que são mais significativos, visto que alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substâncias físicas, podendo ser tratados tanto como um ativo imobilizado conforme CPC 27 ou como um ativo intangível de acordo com os termos deste pronunciamento. Podemos citar como exemplo o caso de um software que é um bem incorpóreo (não físico), porém podendo ser contido em um disco que é um elemento físico. Sendo o mesmo (software) especialmente necessário para o funcionamento de um computador, onde a máquina (computador) não funciona sem esse software específico, sendo ele parte integrante do referido equipamento, o mesmo deverá ser tratado como ativo imobilizado. No caso de um sistema operacional, quando o software não é parte integrante do hardware em questão, desvinculando-o, então ele deve ser tratado como ativo intangível.

O principal quesito para a definição de um ativo intangível é que ele seja identificável, para que o mesmo não seja confundido com o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).



O Ativo intangível é um ativo não monetário identificável e não contém substância física (corpóreo) não se pode tocar, diferentemente de um Ativo monetário que é representado por dinheiro ou direitos a serem recebidos em uma quantia fixa ou determinável de dinheiro. O valor residual de um ativo intangível basicamente explicando é o valor estimado que uma entidade receberia com a venda do ativo, mas esta estimativa é possível no caso em que o ativo já tenha o tempo e as condições esperadas para o fim de sua vida útil, ou seja, o período em que a entidade espera utilizar o ativo.

O ativo é controlado pela entidade no decorrer do período como resultado de eventos passados do qual se espera que no futuro traga resultados e benefícios econômicos, e será reconhecido no balanço patrimonial pelo valor contábil após a dedução da amortização acumulada e da perda por desvalorização, que conforme CPC 01 seria o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

O valor amortizável é o custo ou outro valor que venha substituir o valor de custo de um ativo, menos o seu valor residual. A realização da amortização será a alocação do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Para o reconhecimento de um ativo intangível, a empresa deverá demonstrar que o item adquirido atende as definições de ativo intangível e os critérios de reconhecimento:



Fonte: Estratégia Concursos. Acesso em: 15/04/2020

Não são todos os ativos que são reconhecidos no balanço patrimonial, pois, mesmo atendendo todos os requisitos de definição (Ser não monetário, ser identificável, não possuir

substância física), se ele não atender um dos critérios de reconhecimento (provável geração de benefícios futuros e custo mensurado com confiabilidade) então o mesmo não será reconhecido no BP.

Pois, deve ser um conjunto de análises de reconhecimento do ativo, sendo assim, se o ativo atender primeiramente à definição de ativo intangível juntamente aos critérios de reconhecimento, então o mesmo deve ser contabilizado no balanço patrimonial. Mas, caso suas definições não o reconhece como ativo intangível, o mesmo será contabilizado como despesa.

De acordo com o CPC 04 o ativo intangível deve gerar benefícios financeiros para a entidade, e estes valores precisam ser mensurados com segurança. A prática de mensuração do custo deste ativo, determina-se sobre a maneira de como esse ativo foi adquirido, se o mesmo foi adquirido separadamente ou por uma combinação de negócios.

Aquisição separada: o valor de aquisição do ativo, qual foi pago pela entidade ao adquirir separadamente algum ativo intangível irá refletir sua expectativa sobre os futuros e possíveis benefícios econômicos esperados sobre o ativo. Incluindo o preço de compra, com os impostos sobre a compra, a dedução dos descontos comerciais e abatimentos. E os custos ligados diretamente à preparação do ativo para a sua finalidade proposta.

Aquisição em uma combinação de negócios: o ativo que for adquirido dessa maneira será avaliado na metodologia do valor justo na data de aquisição. Visto que o esperado é a geração de receitas em um período, esta metodologia reflete as expectativas de mercado na data de aquisição relacionando-as à uma probabilidade de geração futura de benefícios econômicos para a sociedade. Sendo assim a amortização deverá ser calculada com base na estimativa de vida econômica do ativo, pois, se o ativo tiver uma vida útil definida, haverá a presunção de que o valor justo será estimado com segurança, e o mesmo deve ser amortizado.

Se após todas as análises realizadas sobre todos os fatores relevantes, não for possível mensurar um limite para o período de vida econômica do ativo, a entidade deverá atribuir ao mesmo como “vida útil indefinida”, e diferentemente do ativo com vida útil definida este não deverá ser amortizado, pois, conforme o os itens 107 a 110 do CPC 04 a entidade deve testar a perda de valor desses ativos que caracterizam vida útil indefinida comparando o seu valor

recuperável com o seu valor contábil anualmente, e quando existir indícios de que o mesmo pode ter perdido valor.

A divulgação dos ativos intangíveis e os seus valores correspondentes também é realizada pelas demonstrações contábeis, porém deverá conter informações adicionais de caráter explicativo, como por exemplo os dados sobre a vida útil do ativo, os métodos de amortização utilizados, o valor contábil bruto e eventuais amortizações acumuladas, a rubrica da DRE nas conclusões das amortizações, e demonstrar todas as informações que contém na conciliação do valor contábil no início e no final do período.

Já para os itens com vida útil não definida, é necessário demonstrar o valor contábil e as razões para essa avaliação, levando em consideração os fatores relacionados no item 90 do pronunciamento CPC 04. Ressaltando que também deverão ser divulgadas as informações sobre os ativos intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o CPC 01.

Para efeitos de divulgação, algumas classes de ativo intangível, como marcas, títulos de periódicos, software, licenças e franquias, direitos autorais, patentes, receitas, fórmulas, modelos, projetos, protótipos e ativos intangíveis em desenvolvimento. Poderão ser separadas em classes de maneira em que caracterize as informações mais relevantes para os usuários das demonstrações contábeis

### **3.2.6 CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE**

O CPC 12 tem um foco diretamente nos requisitos, um suporte para serem analisados na apuração do Ajuste a Valor Presente, nos elementos do ativo e passivo para a estruturação das demonstrações contábeis. Os dados adquiridos no valor presente contribuem para a utilização do valor preditivo da contabilidade, ou seja, facilita na correção de dados passados já estabelecidos.

O ajuste a Valor Presente relacionado ao alcance, relata a questão de mensuração não conseguindo acompanhar detalhadamente as questões de reconhecimento. É importante demonstrar a dimensão contábil da mensuração a decisão de pôr quanto registrar no pronunciamento deste CPC, no item 82 demonstra que o reconhecimento consiste em incorporar ao balanço patrimonial ou demonstração de resultado. Nesse segmento a mensuração contábil a valor presente seja aplicada no entendimento inicial de ativos e passivos a seu valor justo.

A respeito da mensuração, os ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos incluídos devem ser mensurados pelo valor presente garantindo o reconhecimento inicial, o custo de ativos não monetários devem ser correto tendo alguns ajustes dependendo da situação que se encontra. Uma vez ajustado poderá ser submetido a ajustes no sentido a juros embutidos, podemos entender que todo ativo ou passivo não-monetário está no ajuste a valor presente, ou seja, não está direcionado ao valor presente o adiantamento em dinheiro para garantir recebimento ou pagamento em bens e serviços. Os itens monetários são constituídos por contas de disponibilidades de direitos e obrigações a serem liquidadas com disponibilidades, já os itens não monetários possuem todos os demais, representam bens (estoque, imobilizado, etc.), despesas antecipadas/diferidas, adiantamentos a serem liquidados em bens (a fornecedores, de clientes, etc.), resultado de exercício futuro. Além das diretrizes gerais, existem outras partes demonstrando o Risco e Incertezas, taxas de descontos, relevância e confiabilidade, Custos e Benefícios e Diretrizes mostrando a sua importância no CPC 12.

Na classificação dos itens que podem surgir em decorrência do ajuste a valor presente de ativos e passivos, podendo ser em situações inicial, casos de nova medição dentro da filosofia do valor justo, deve ser analisado a Estrutura Conceitual para a elaboração de Demonstrações Contábeis CPC. Na norma comercial referente ao financiamento, no item 7 deste pronunciamento deve ser reconhecida o valor consignado na documentação fiscal para o resultado contábil, já os juros embutidos devem ser apurados do custo de aquisição de ativos.

Na comunicação em notas explicativas precisam ser mostradas as informações mais simples, permitindo que os usuários das demonstrações contábeis garantem um entendimento das mensurações a valor presente para ativos e passivos. Podemos entender que o CPC 12 nos ajuda a demonstrar a importância de analisar, entender e ter um conhecimento estruturado para o Ajuste a Valor Presente.

### **3.3 TEORIA DA CONTABILIDADE**

Nesta unidade de estudo foi tido como foco o estudo sobre os CPC 00 e 03, onde foi possível compreender quais os conceitos e definições essenciais para a elaboração das demonstrações contábeis. Nesta etapa foi possível entender quais são objetivos das demonstrações contábeis, que visam transmitir a atual situação financeira da empresa em determinado período, sendo de grande importância para os usuários da informação contábil e para a própria empresa.

Foi abordado os conceitos de ativo e passivo, conhecendo as regras para a classificação dos itens dentro do balanço patrimonial. Nesta etapa do projeto, foi abordado os conceitos de despesas, receitas, perdas e ganhos de uma empresa, que para a contabilidade são pontos de extrema importância.

#### **3.3.1 ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE**

O CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro, não é uma norma propriamente dita, ele é utilizado como um “manual”, possuindo a finalidade de auxiliar os demais para a prática da contabilidade. Finalidades essenciais estas que seriam:

- Auxiliar o desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes;
- Auxiliar os responsáveis pela elaboração dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes quando nenhum pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil;
- Auxiliar todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Para fins gerais, o objetivo do relatório financeiro é, fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis e vantajosas para investidores, empresários, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Ou seja, esses relatórios apresentam informações a respeito da situação econômica das organizações, servindo como uma espécie de referência. E então se tomam as decisões, relacionadas a comprar, vender ou manter instrumento de

patrimônio e de dívida, conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito, e também exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

Existem algumas características que ajudam a compreender e melhorar as demonstrações, são elas as características qualitativas de melhoria. Sabendo que informações financeiras devem ser úteis, então é imprescindível que elas devam ser relevantes e representar fidedignamente referente ao que pretendem representar. Dessa forma, podemos ter uma melhor utilização das informações financeiras se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis. As características qualitativas de melhoria são:

**Comparabilidade:** quando os usuários vão tomar decisões, necessita-se escolher entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou outra que reporta. Conseqüentemente, a informações em relação à entidade que reporta será mais útil caso possa ser comparada com informações similares sobre outras entidades e com informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou para outra data. No entanto, é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

**Verificabilidade:** a capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Ou seja, permite que observadores/analistas bem informados possam chegar a um consenso, referente a informações da realidade econômica de uma entidade. Embora não cheguem a um acordo necessariamente completo, quanto ao fato de que uma representação específica ser uma representação fidedigna. Informações quantificadas não necessitam ser uma estimativa de valor único para que sejam verificáveis. Uma faixa de valores possíveis e as respectivas probabilidades também podem ser verificadas.

**Tempestividade:** se implica em disponibilizar informação para tomadores de decisões a tempo de que haja possibilidade de influenciá-los em suas decisões. No geral, quanto mais antiga a informação for, menor utilidade ela terá. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências.

Compreensibilidade: classificar, caracterizar e apresentar a informação com a devida clareza e de modo conciso, tornando-as mais compreensíveis.

Esses parâmetros têm grande importância quando se trata de transmitir informações sobre a situação econômica da empresa, pois as mesmas características podem ser utilizadas pelos usuários (empresários e investidores), referente a tomada de decisões e também para aplicações financeiras.

A divulgação de relatórios contábeis permite uma comunicação efetiva nas demonstrações contábeis, é fundamental ter um controle das informações, as entidades precisam ser mais flexíveis fornecendo informações que representam confiança nos dados contábeis de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Uma das formas para a divulgação é incluir objetivos dando suporte a comunicação efetiva, esses objetivos permitem analisar e entender as informações úteis decidindo de forma mais eficiente. A comunicação efetiva nas demonstrações contábeis, nos permite ter informações específicas da entidade/empresa.

Um dos fatores importantes no CPC 00 é a mensuração, que nos permite entender sobre os elementos nas demonstrações contábeis. A mensuração é uma qualidade identificada no valor justo ou valor de cumprimento de item sendo mensurado (medido), aplicando a base no ativo e passivo se forma uma mensuração e também para receitas e despesas. A base de mensuração nesse pronunciamento pode incluir vários segmentos em especificar, explicar, como modificar a base entre outros.

### **3.3.2 ATIVO E PASSIVO**

De acordo com o CPC 00 (R2) “Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.”. Portanto para que um item seja considerado como ativo no balanço patrimonial, ele deve atender estes três termos: Controlado pela entidade, ser resultado de eventos passados e deve gerar recursos econômicos no futuro.

Para muitos o ativo na contabilidade são valores que indicam quais são os bens e direitos que uma empresa possui. Estes valores são demonstrados no balanço patrimonial da empresa, e são divididos entre ativos circulantes e não circulantes.

Os ativos circulantes se encaixam os ativos que podem ser transformados em pouco tempo em meios monetários, sua liquidez é considerada dentro do período contábil da empresa, basicamente são conhecidos como realizável a curto prazo.

Os ativos não circulantes são aqueles que têm uma liquidez menor, onde podem existir as mesmas contas do circulante, só que neste caso a capacidade de transformação em meios monetários não acontece antes do fechamento do exercício social. São conhecidos como realizáveis a longo prazo.

### **Exemplos de ativos circulantes:**

- Disponíveis: Dinheiro em caixa ou depositados no banco.
- Estoques: Matérias primas, produtos acabados, produtos em produção e mercadorias para revenda
- Contas a receber: Duplicatas e contas de clientes a curto prazo.
- Impostos a recuperar em curto prazo.
- Aplicações financeiras com resgate a curto prazo

Dentro dos não circulantes são incluídos os ativos permanentes, que são os ativos que estão diretamente ligados às atividades da empresa. Nos ativos permanentes temos os ativos imobilizados e as depreciações, onde estão os ativos físicos (Máquinas, equipamentos, veículos e imóveis) e os intangíveis (softwares e patentes). Também são incluídos os investimentos, que podem ser participações em atividades de outras empresas ou bens e direitos não destinados à atividade fim.

Conforme CPC 00 (R2) “Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados”. Enquanto as contas do ativo representam os bens e direitos, o passivo é apresentado como uma conta credora, a qual envolve todas as obrigações devidas, e deveres financeiros da entidade, onde são classificados em passivos circulantes aquelas obrigações de curto prazo considerando o período de quitação até 12 meses (1 ano), e o passivo não-circulante que trata das obrigações de longo prazo, ou seja acima de 12 meses.

O CPC 00 (R2) ressalta também que para que uma conta seja considerada do grupo passivo, deverá respeitar os seguintes critérios: A entidade tem uma obrigação; a obrigação



é de transferir um recurso econômico; e a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados.

De acordo com o CPC 26 passivo deverá ser classificado como passivo circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Sendo assim todos os outros passivos deverão ser classificados como passivos não circulantes, que é um subgrupo do passivo do Balanço composto das contas que fazem parte do Passivo Exigível a Longo Prazo, basicamente explicando, neste grupo é registrado todas as obrigações devidas que serão quitadas com vencimentos após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço patrimonial, ou seja, valores elegíveis a partir do 13º mês seguinte ao exercício social.

### **Exemplos de passivos circulantes (curto prazo):**

- Fornecedores ou duplicatas a pagar
- Empréstimos bancários
- Títulos a pagar
- Encargos sociais a pagar
- Salários a pagar
- Impostos a pagar

### **Exemplos de passivos não circulantes:**

- Financiamento e empréstimos de instituições financeiras (LP)
- Financiamentos (LP) a longo prazo
- Fornecedores (LP)
- Provisão de contingência trabalhista
- Debêntures a pagar (com prazo maior de 12 meses)

### **3.3.3 RECEITAS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS**

O conceito de receita é que ela gera um aumento dos ativos ou diminuição de passivos, gerando assim um aumento no patrimônio líquido. Com exceção referente as distribuições aos detentores de direitos dos patrimônios. A principal definição de receitas são os recursos provenientes da venda de mercadorias ou de uma prestação de serviços.

As despesas no caso são a redução dos ativos, ou o aumento dos passivos, que geram uma dedução no resultado do patrimônio líquido. Também com a exceção referente a distribuição aos detentores de direito sobre o patrimônio. As despesas, por sua vez, são todos os gastos que uma empresa precisa ter para obter uma receita. Alguns exemplos de despesas são os salários, a conta de água, luz, telefone, os impostos e etc.

Receitas e Despesas são os elementos das demonstrações contábeis que refere-se ao desempenho financeiro da empresa. Os usuários que precisam de informações sobre essas demonstrações precisam passar uma posição coerente sobre a situação financeira da empresa e seu desempenho. Assim se forem definidas mudanças em ativo e passivo, informação sobre despesas e receitas são também informações importante como informações sobre os ativos e passivos.

Perdas em contabilidade podem ser entendidas como gastos inesperados e que não trazem retorno algum para a empresa. Representam outros itens que se enquadram na definição de despesas e podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade, representando decréscimos nos benefícios econômicos e, como tais, não diferem em natureza das demais despesas.

Outro exemplo prático são problemas e manutenção de computadores, acidente de trabalho, produtos vencidos no estoque ou incêndios, são ocasiões que sempre há desperdício de dinheiro.

Os ganhos são entendidos como um lucro ele é baseado em princípios de contabilidade que fornece informações de apoio à decisão para melhoria da rentabilidade da empresa. Os ganhos Identifique os fatores que limitam a organização de atingir o seu objetivo

no caso o lucro de empresas com fins lucrativos ou outras medidas para empresas públicas. Em seguida concentra-se em medidas simples em áreas chave para alcançar essas metas.

### **3.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS**

Para realizar os lançamentos contábeis ao longo do semestre, foi utilizado o software Netspeed. Este software nos permite personalizar nosso plano de contas, auxiliando no lançamento e levando aos usuários da informação, dados detalhados de acordo com suas necessidades específicas.

De acordo com as informações contidas no site da Bovespa, foi realizado o cadastro da empresa e deu seu plano de contas no sistema Netspeed. Foram cadastrados todos os saldos referentes ao fechamento do período de 2019 da empresa.

Foram realizados os lançamentos referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março do ano de 2020. Nestes lançamentos podemos citar: Compra /venda de mercadorias e os tributos gerados destas operações, folha de pagamento, compra/venda de bens, despesas operacionais e não operacionais e demais lançamentos contábeis relacionados a atividades operacionais e não operacionais da empresa.

#### **3.4.1 – BALANÇO PATRIMONIAL**

De acordo com site Só Contabilidade, Virtuous Tecnologia da Informação, 2007-2020, “O Balanço Patrimonial é a principal Demonstração Financeira existente, sendo um relatório contábil obrigatório por lei. Ele mostra de fato como está o Patrimônio da empresa, assim podendo ser mensurado sua posição financeira em um determinado período”.

Este relatório contábil é feito normalmente de forma anual, porém pode ser feito de forma mensal e trimestral.

Ele retrata o patrimônio da entidade, de forma quantitativa e qualitativa, apresentando cada item que faz parte de seu patrimônio e seus respectivos valores. Ao final da apuração, deve existir o equilíbrio dos bens e direitos com as obrigações e participações dos acionistas, dessa forma é feita a igualdade patrimonial.

O balanço patrimonial é dividido entre ativo e passivo. Onde do lado do ativo temos nossos bens e direitos, divididos entre ativo circulante e não circulante. No lado do passivo

temos as nossas obrigações e deveres, divididos entre passivo circulante e não circulante e patrimônio líquido.

Podemos citar alguns conceitos importantes que existem dentro do Balanço Patrimonial, que são:

- Realizável a Curto prazo: são todos os bens e direitos realizáveis em moeda ou passíveis de conversão e as obrigações com vencimento até o término do exercício do ano seguinte.
- Realizável a Longo Prazo: são todos os bens e direitos realizáveis em moeda ou passíveis de conversão e as obrigações com vencimento após o término do exercício social do ano seguinte.
- Grau de Liquidez: é o maior ou menor prazo no qual os Bens e Direitos podem ser transformados em dinheiro, por exemplo na conta Caixa é de maior liquidez, por já ser dinheiro. Já a conta de Veículos é de menor liquidez que a conta Caixa, pois demora mais para se transformar em dinheiro, pois precisa primeiro o Veículo ser vendido para assim ter o dinheiro em mãos.
- Nível de Exigibilidade: é o maior ou menor prazo existente para que as obrigações sejam pagas. No caso as contas deverão ser pagas mais rapidamente (curto prazo) tendo assim um maior nível de exigibilidade do que as contas que serão pagas em um prazo maior.
- Realizável: representa tudo que se pode mudar, converter, transformar em disponibilidade, sendo uma expressão usada no ativo. Um exemplo seria uma duplicata de cliente é um direito realizável que em determinado momento, ela será descontada assim transformando-a em dinheiro no caixa.

Se encontra no anexo I o balanço patrimonial referente ao período de 01/01/2020 a 31/03/2020 da Lojas Renner S.A.

### **3.4.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE**

Instituído pelo artigo 187 da Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), a DRE tem como objetivo principal apresentar de forma resumida o resultado apurado de um determinado período, normalmente este período é de janeiro a dezembro. Pode ser realizada também a elaboração da DRE mensalmente ou trimestralmente de acordo com as necessidades da empresa.

A Demonstração de resultado do exercício quando utilizado como relatório gerencial, gera a possibilidade de analisar a saúde financeira da empresa. Pois é possível analisar as entradas e saídas da empresa e então poder utilizar estas informações para auxiliar na tomada de decisão.

A DRE é utilizada por agentes externos, como por exemplo, o governo para verificar se o cálculo dos impostos foi feito de forma correta, bancos e instituições financeiras para obtenção de crédito e investidores que tenham interesse em aplicar seu capital com mais segurança.

### **Deverão estar na demonstração de resultado os seguintes dados:**

- Receita de vendas
- Impostos e deduções
- Receita líquida
- Custos de venda
- Lucro Bruto
- Despesas
- Lucro Operacional
- IRPJ e CSLL
- Receitas e Despesas Financeiras
- Resultado do exercício

Após a realização de todos os lançamentos foi gerado a DRE referente ao período de 01/2020 a 03/2020, que se encontra no anexo II deste arquivo.

### **3.4.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC**

A Demonstração do Fluxo de Caixa ou simplesmente DFC, é um dos relatórios financeiros fundamentais da empresa, onde aponta as entradas e saídas de dinheiro no caixa, e também uma ferramenta muito importante para analisar a posição e as movimentações financeiras realizadas da empresa em um período. Com isso é possível identificar a origem e destino dos recursos da sociedade, melhor gestão e transparência.

Não apenas uma excelente ferramenta para gestão financeira, algumas empresas têm a obrigatoriedade de apresentação pelo menos uma vez por ano, conforme descrito na lei 11.638/2007, a DFC torna-se obrigatória para as empresas que são de capital aberto (ações em bolsa) e ou com patrimônio superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). Essa

periodicidade é extremamente importante para encontrar eventuais erros e fraudes contábeis. Já para a gestão há inúmeros benefícios, por exemplo a facilidade de análise do gestor para avaliar a capacidade e viabilidade financeira da empresa, na geração de caixa e equivalentes de caixa, prevenir imprevistos futuros como uma eventual falta de dinheiro, garantir e honrar com os compromissos da empresa, cobrar, planejar e viabilizar o destino do dinheiro.

A estrutura da DFC foi determinada pelo CPC 03, garantindo o comportamento de várias empresas. A DFC possui a habilidade de ser dividida em três partes que são as operacionais, os investimento e os financiamento.

As atividades operacionais estão relacionadas as operações diárias e rotinas da organização, no objetivo de garantir melhorias nos negócios e entrega de produtos e serviços. Exemplos: receitas, custos, despesas, pagamentos à vista, entre outros. Já as atividades de investimento está direcionada aos desempenho no uso de dinheiro para investir/aplicar para gerar benefícios futuros, garantindo o funcionamento da incorporação, exemplos a compra ou venda de um ativo imobilizado para a empresa entre outros. As atividades de financiamentos demonstra a importância da captação de recursos, de terceiros ou dos sócios, apropriando a necessidade de organização e estruturação de dinheiro. Podendo ser empréstimos ou financiamento, aumento de capital etc.

As atividades estão direcionadas no passivo não circulante. O resultado da estrutura do DFC é a soma dos resultados líquidos, dos exercícios anteriores, demonstrando a diferença entre o saldo inicial o final do período.

A demonstração de fluxo de caixa se encontra no anexo III deste documento.

### **3.4.4 – RAZÃO CONTÁBIL**

O Livro Razão Contábil, na contabilidade é considerado um livro obrigatório pela legislação comercial, onde seria um registro de escrituração que possui o objetivo de coletar dados referentes a todas as transações registradas no Livro Diário e organizá-las por contas individualizadas. Nessa razão contábil ou extrato da conta em contabilidade, propriamente dito, é utilizado o método das partidas dobradas, onde são compostos também pelo grupo de contas contábeis e um “espelho” para todas as transações que ocorrem dentro de uma organização.

Este livro razão, nos permite registrar e controlar todos os fatos contábeis, e o movimento de todas as contas de modo separado. O controle individual propriamente dito, nos dá a possibilidade de apurar os saldos e seus resultados, onde podemos citar como

exemplo, o saldo da receita de vendas, ou de uma despesa em específico. No entanto, o livro razão fornece os dados e um histórico mais detalhado das transações, e também do saldo atual referente a cada uma das contas do sistema contábil utilizado, sempre de acordo com o período selecionado.

Ao término do exercício, estes livros servirão como uma fonte confiável e verdadeira de dados, onde nascerão os relatórios contábeis/financeiros da empresa, como o balancete, balanço patrimonial, e outros demais. E foi através do sistema Netspeed, que foi possível gerarmos o livro razão da empresa Lojas Renner S.A que está no anexo IV no final do trabalho.

Após todos os lançamentos foi gerado o relatório do livro razão, o mesmo se encontra no anexo IV deste documento.

### **3.5 CONTABILIDADE COMERCIAL**

Nesta etapa do projeto foi abordado as regras e formas de se realizar os lançamentos contábeis, relacionados às atividades de compra e vendas de mercadorias, sendo elas a prazo ou a vista e também a apuração e lançamento dos impostos incidentes destas transações. Foram realizadas também os lançamentos referentes a operações financeiras, como por exemplo: Empréstimos, financiamentos, descontos condicionais e incondicionais, duplicatas descontadas e os juros a apropriar decorrentes destas operações. Foram abordados também os lançamentos referente a folha de pagamento de seus funcionários. Nesta parte temos além dos salários, as obrigações que são de responsabilidade da empresa e também os que são descontado em folha dos funcionários. Foi possível realizar também o lançamento dos provisionamentos a serem realizados como por exemplo o provisionamento de férias e décimo terceiro.

#### **3.5.1 – TRANSAÇÕES COMERCIAIS**

Nas operações de compra e venda de mercadorias, são gerados alguns impostos que podem ser não cumulativos ou cumulativos. No caso dos impostos cumulativos, eles não possibilitam que a empresa recupere parte deste tributo, na operação de aquisição de mercadorias. Podemos citar como tributos cumulativos, o Pis e a Cofins no caso de empresas optantes pelo lucro presumido. Para empresas do lucro presumido, as alíquotas são menores se comparadas às do lucro real: Pis=0,65% e Cofins=3%



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

A Lojas Renner é optante pelo lucro real portando seus impostos são calculados no regime não cumulativo, onde no momento da compra de mercadorias, é gerado uma quantia a recuperar dos tributos de ICMS, Pis e Cofins. No momento da venda são gerados impostos a recolher, e a quantia final a ser paga pela empresa será a diferença dos tributos a recolher com os a recuperar.

No regime não cumulativo as alíquotas sobre compras e vendas de mercadorias serão de 18% para o ICMS, 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS. Após realizar os lançamentos, é necessário fazer a apuração de todos os impostos.

Para melhor visualização, temos como exemplo um lançamento de compra da Lojas Renner, onde a empresa faz uma compra a prazo de R\$ 77.250,00. Os lançamentos serão os seguintes:

- **D** – Compra de Mercadoria - R\$ 56.199,37
- **D** – ICMS a Recuperar - R\$ 13.905,00
- **D** – PIS a Recuperar - R\$ 1.274,63
- **D** – COFINS a Recuperar - R\$ 5.871,00
- **C** – Fornecedores - R\$ 77.250,00

Na operação acima recuperamos todos os impostos incidentes, desta forma, não serão inseridos no valor do produto.

E também o exemplo de um lançamento de venda, onde a empresa faz uma venda a prazo de R\$ 54.590,00. Os lançamentos serão os seguintes:

- **D** – Duplicatas a Receber
- **C** – Vendas - R\$ 54.590,00
- **D** – ICMS sobre Vendas
- **C** – ICMS a Recolher - R\$ 9.826,20
- **D** – PIS sobre Vendas
- **C** – PIS a Recolher - R\$ 900,74
- **D** – COFINS sobre Vendas
- **C** – COFINS a Recolher - R\$ 4.148,84



Com relação a venda de mercadorias, os impostos serão abatidos como deduções da receita bruta. No entanto, eles ficarão na demonstração de resultado do exercício (DRE) nas despesas do exercício, e no passivo a recolher.

Logo após a realização dos lançamentos de compra e venda de mercadorias, devemos apurar os impostos e o custo de mercadoria vendida (CMV).

Para fazer os lançamentos referentes a apuração dos impostos, o valor a ser lançado deverá ser aquele que for menor. Exemplo de apuração dos impostos:

- **D** – ICMS a Recolher
- **C** – ICMS a Recuperar - R\$ 9.826,20
- **D** – PIS a Recolher
- **C** – PIS a Recuperar - R\$ 900,74
- **D** – COFINS a Recolher
- **C** – COFINS a Recuperar - R\$ 4.148,84

O cálculo do CMV – Custo de mercadorias vendida, é algo essencial para toda empresa que lida com estoque de mercadorias, com este cálculo é possível indicar o custo das vendas em um determinado período, desta forma a empresa pode ter um grande auxílio na gestão de seu estoque. Ele é basicamente a soma das despesas para produzir e armazenar uma mercadoria até o momento da sua comercialização.

Seu cálculo é feito da seguinte maneira: (Estoque inicial + Compras) – Estoque final = CMV

Podemos utilizar como exemplo, uma empresa que tinha o valor de R\$22.000,00 em seu estoque inicial (EI). Porém, no decorrer de 30 dias, ela adquiriu R\$7.000,00 em produtos (compras: C). No final deste período, ela possui R\$12.000,00 em seu estoque final (EF).

O cálculo ficaria desta forma:  $(22.000,00 + 7.000,00) - 12.000,00 = 17.000,00$ . Neste caso o custo da mercadoria vendida será de R\$17.000,00

Desta forma, finalizamos os respectivos lançamentos relacionados a compra e venda de mercadorias, com as apurações realizadas.

### **3.5.2 – OPERAÇÕES FINANCEIRAS**

As operações financeiras, são operações comuns realizadas pelas empresas, e tem o objetivo de geração de recursos financeiros imediatos, podemos destacar como exemplo os empréstimos, operações com duplicatas e financiamento. São operações que facilitam uma entrada de recurso imediato para a sociedade honrar suas obrigações imediatas ou resolver qualquer outra necessidade da empresa. É uma operação importante para a instituição que está financiando a sociedade devido ao recebimento de juros sobre o valor.

Os empréstimos acontecem quando a empresa necessita melhorar seu capital, um dos exemplos seria as Instituições Financeiras, emprestam seus dinheiros as empresas devedoras tendo que pagar com juros determinado pela Instituição. Os empréstimos possuem juros pré-fixado e pós-fixado, o pré-fixado é quando a entidade devedora pagam seus empréstimos mensalmente com os juros calculados, já o pós-fixado somente no final da liquidação do empréstimo, juros mês a mês calculando com taxas diferentes.

Esses empréstimos de juros na contabilização demonstra o seguinte no pré - fixados:

- **D-** Bancos
- **C-** Empréstimos a Pagar
- **D-** Despesa de Juros a Apropriar
- **C-** Empréstimos a Pagar

Os juros já estão apropriados, o importante é dar a baixa a cada final de período combinado entre a Instituição e a devedora.

#### **Os empréstimos pós-fixado:**

- **D-** Banco
- **C-** Empréstimos a Pagar

Os juros serão contabilizados no final do período combinado entre ambos.

As duplicatas descontadas são elaboradas no sentido de necessidade de antecipar o recebimento das vendas a prazo, portanto a empresa comunica a instituição financeira para

descontar suas duplicatas a receber, mas a Instituição cobrará determinado juros por antecipar/ adiantar o valor estabelecido pela empresa.

Com isso seguiremos os seguintes lançamentos de Desconto de duplicatas:

- D- Bancos
- C- Duplicatas Descontadas

#### **Apropriação dos juros total:**

- D- Encargos a Apropriar
- C- Duplicatas Descontadas

O financiamento bancário é um acordo entre a instituição financeira e a empresa ou também com a pessoa física com períodos pré- determinados para a finalização do pagamento. Esses empréstimos têm como objetivos em liberar créditos para diversos fins de investimentos, estabelecendo um acordo entre ambos e tendo uma garantia para quitar a dívida se não conseguir pagar, os lançamentos das parcelas devem ser realizados até a última parcela, por exemplo:

#### **Contratação Do Empréstimo:**

- D- Banco – R\$100.000,00
- D- Encargos financiamentos a apropriar – R\$10.000,00
- C- Empréstimos a pagar – R\$110.000,00

#### **Pagamento Das Parcelas:**

- D- Empréstimos a Pagar
- C-Banco – R\$9.166,67
- D- Encargos financeiros
- C- Encargos financiamento a apropriar – R\$833,33

Uma das vantagens do financiamento bancário é estabelecer juros para determinada situação, não sendo igual a todos os credores e estabelecer melhorias para quitar as dívidas já realizadas, em períodos longos.

### 3.5.3 – OPERAÇÕES COM FOLHA DE PAGAMENTO

A folha de pagamento é um dos documentos obrigatórios que todas empresas devem ter com o fundamento de fiscalização trabalhista e previdenciária. Podendo ser feita da melhor forma que encaixa no perfil da empresa. Podendo constar também os custos que a empresa teve com rescisão contratual de funcionários.

#### Exemplo:

<b>05/01/x1- Salário bruto - R\$ 3.000,00</b>
<b>08/01/x1- FGTS - R\$ 240,00</b>
<b>10/01/x1- Desconto Previdenciário - R\$ 140,00</b>
<b>20/01/x1- IRRF - R\$ 80,00</b>
<b>20/01/x1- Adiantamento Salário - R\$ 1.300,00</b>
<b>30/01/x1- Contribuição Previdenciária patronal - R\$ 60,00</b>

Os lançamentos serão feitos da seguinte forma:

<b>05/01/x1- D- Salários Bruto– R\$3000</b>
<b>C- Salários a Pagar – R\$3000</b>
<b>08/01/x1- D- FGTS à Recolher – R\$240,00</b>
<b>C- Banco – R\$240,00</b>
<b>10/01/x1- D- Salários a Pagar – R\$140,00</b>
<b>C- Descontos Previdenciários – R\$140,00</b>

<b>20/01/x1- D- IRRF a Recolher R\$80,00</b>
<b>C- Banco – R\$80,00</b>
<b>20/01/x1- D- Adiantamentos de Salários</b>
<b>C- Banco – R\$1300,00</b>
<b>30/01/x1- D- Salários a Pagar – R\$60,00</b>
<b>C- Contribuição previdenciária Patronal – R\$60,00</b>

## 4 CONCLUSÃO

Com este projeto nos foi dada a oportunidade de conhecer a fundo diversos pontos do meio contábil. Cada unidade de estudo foi de grande importância para a realização do projeto e também para o crescimento intelectual e profissional de todos os envolvidos.

Durante o projeto foi essencial a análise e compreensão dos principais pronunciamentos do CPC, desta forma foi possível conhecer a fundo quais as normas que devem ser seguidas para que os procedimentos contábeis sejam feitos de forma correta. Com pesquisas teóricas da contabilidade, foi possível conhecer quais os direitos, deveres e obrigações de uma entidade.

Um dos pontos abordados foram os conceitos de ativo, passivo, despesas, perdas, receitas e ganhos, possibilitando aos contadores levar aos usuários da informação contábil, informações corretas de forma clara e objetiva. Com estes conceitos é possível classificar de forma correta os itens nas demonstrações contábeis, auxiliando na mensuração dos valores patrimoniais e dos resultados da empresa.

Ao conhecer cada relatório contábil que as empresas devem apresentar, foi evidenciado suas devidas importâncias para o gerenciamento interno da empresa e também para os demais usuários desta informação (acionistas, clientes, fornecedores e bancos). Um dos relatórios essenciais para a tomada de decisões, é a DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa, que retrata as movimentações relacionado a todas as entradas e saídas do caixa da empresa, tal relatório tem como finalidade demonstrar a capacidade da empresa em gerar caixa e equivalentes em um período pré estabelecido, por meio de atividades decorrentes de suas operações.

Com o auxílio do software Netspeed, uma ferramenta essencial ao longo da realização deste projeto, foi possível gerar o balanço patrimonial e a demonstração de resultado de exercício da Lojas Renner S.A. Nesta etapa foi possível colocar em prática os conceitos teóricos adquiridos ao longo do semestre, realizando diversos lançamentos contábeis relacionados a atividades operacionais e não operacionais de uma empresa real.

Após os lançamentos realizados ao longo do período de 01/01/2020 a 31/03/2020, foi gerado o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e também a demonstração de fluxo de caixa, evidenciado que no final do período apurado a empresa Lojas Renner S.A. apresentou um resultado positivo para os acionistas. Após uma análise analítica nas demonstrações geradas foi evidenciado resultados positivos no final do trimestre e boa capacidade para gerar caixa. Pode se concluir que vale a pena investir na empresa e no caso de uma análise para que seja concedido um crédito junto a uma instituição financeira, a Lojas Renner atualmente apresenta capacidade de honrar seus compromissos.

Vale ressaltar a grande contribuição dos professores responsáveis por cada unidade de estudo ao longo da confecção deste projeto, onde o conhecimento foi repassado de forma clara e objetiva, impactando de forma positiva no quesito pessoal intelectual e profissional de todos os integrantes responsáveis pela realização deste projeto interdisciplinar.

## 5 REFERÊNCIAS

Algo Sobre, Operações Financeiras. Disponível em:  
<https://www.algosobre.com.br/contabilidade-geral/operacoes-financeiras.html>. Acesso em 17/05/2020

Balço Patrimonial, Só contabilidade. Disponível em:  
<https://www.socontabilidade.com.br/conteudo/BP.php>. Acesso em 14/05/2020.

BRAGA, Josué Pires. Contabilidade avançada. Disponível em:  
<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553567/2/eBook%20FCCC26-Contabilidade%20Avancada.pdf>. Acesso em 14/05/2020.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABÉIS. CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em 25 de abril 2020.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABÉIS. CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em 25 de abril 2020.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABÉIS. CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>. Acesso em 25 de abril 2020.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABÉIS. CPC 12 - Ajuste a Valor Presente. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=43>. Acesso em 25 de abril 2020.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABÉIS. CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=46>. Acesso em 25 de abril 2020.





CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABÉIS. CPC 16 (R1) - Estoques. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=47)

Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=47. Acesso em 25 de abril 2020.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABÉIS. CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=51)

Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=51. Acesso em 25 de abril 2020.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABÉIS. CPC 27 - Ativo Imobilizado. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58)

Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58. Acesso em 25 de abril 2020.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABÉIS. CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=105)

Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=105. Acesso em 25 de abril 2020.

[Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=43 . Acesso em Acesso em 25 de abril 2020.](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-</a></p></div><div data-bbox=)

Demonstração de fluxo de caixa. Portal de auditoria. Disponível em: <https://portaldeauditoria.com.br/demonstracao-fluxo-de-caixa/>. Acesso em 20/04/2020.

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E A LEI Nº 11.638/07, Obrigatoriedades Da Publicação Da DFC. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/dfc-demonstracao-dos-fluxos-caixa-lei-n-1163807.htm>. Acesso em 15/05/2020.

Empréstimos e suas vantagens, Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Empr%C3%A9stimo> . Acesso em 10/05/2020

Estratégia Concursos, CPCs Esquematizados, CPC 04 – ATIVO INTANGÍVEL. Disponível em: <https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2016/01/18141543/CPCs-RESUMO.pdf>. Acesso em 15/04/2020

Estrutura Conceitual, Disponível em: <https://www.google.com/search?q=estrutura+conceitual&oq=estrutura+conceit&aqs=chrome.0.0l2j69i57j0l4j69i61.7998j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 03/05/2020



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

FINANÇAS, O que é o fluxo de caixa e como aplicá-lo no seu negócio. Disponível em:

[https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como-](https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como-implantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD)

[implantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD](https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como-implantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD). Acesso em 17/05/2020.

FÓRUM CONTÁBEIS, CONTABILIDADE, Obrigoriedade da DFC para empresas com

PL inferior a R\$ 2. Disponível em:

[https://www.contabeis.com.br/forum/contabilidade/257887/obrigatoriedade-da-dfc-para-](https://www.contabeis.com.br/forum/contabilidade/257887/obrigatoriedade-da-dfc-para-empresas-com-pl-inferior-a-r-2/)

[empresas-com-pl-inferior-a-r-2/](https://www.contabeis.com.br/forum/contabilidade/257887/obrigatoriedade-da-dfc-para-empresas-com-pl-inferior-a-r-2/). Acesso em 15/05/2020.

LEI N° 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Artigo 187. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm). Acesso em 28/04/2020.

LEI N° 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm). Acesso em

28/04/2020.

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS  
6 ANEXOS

## Anexo I

BALANÇO PATRIMONIAL			
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>			<b>0002</b>
AVENIDA JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO - CEP : 91410-400			
PORTO ALEGRE / RS			
CNPJ : 92.754.738/0001-62		Inscrição Estadual : ISENTO	
Local de Registro : JUCERS		Data de Registro : / /	
Período de Movimento : JANEIRO/2020 a MARCO/2020		Número de Registro:	
		Folha: 1	
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	3.403.958,42 D	PASSIVO CIRCULANTE	3.682.978,63 C
DISPONÍVEL	1.793.944,42 D	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.794.180,63 C
CAIXA	1.282.034,42 D	Obrigações Sociais	72.510,00 C
Caixa	1.282.034,42 D	ENCARGOS SOCIAIS	72.510,00 C
BANCOS CONTA MOVIMENTO	511.910,00 D	Obrigações Trabalhistas	255.523,17 C
Banco do Brasil S.A.	31.930,00 D	SALÁRIOS A PAGAR	238.440,41 C
Banco Bradesco S.A.	479.980,00 D	Férias a Pagar	5.150,00 C
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	624.506,00 D	Décimo Terceiro a Pagar	11.932,76 C
CLIENTES - Direitos e Créditos	425.390,00 D	Fornecedores	1.241.477,00 C
Clientes Diversos - Duplicatas a Receber	425.390,00 D	Fornecedores NACIONAIS	1.241.477,00 C
IMPOSTOS A RECUPERAR	199.116,00 D	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	100.040,46 C
ICMS a Recuperar	199.116,00 D	INSS A RECOLHER	29.497,39 C
ESTOQUES	915.848,00 D	PIS a Recolher	11.216,70 C
MERCADORIAS P/ REVENDA	915.848,00 D	COFINS a Recolher	51.664,80 C
Mercadorias p/ revenda	915.848,00 D	FGTS a Recolher	7.095,07 C
Outros Ativos Circulantes	69.660,00 D	CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL A RECC	566,50 C
Outros	69.660,00 D	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	124.630,00 C
Instrumentos financeiros derivativos	4.244,00 D	ICMS a Recolher	122.364,00 C
Outros ativos	53.195,00 D	IRRF a Recolher	2.266,00 C
Créditos com partes relacionadas	12.221,00 D	Obrigações Fiscais	466.977,00 C
NÃO CIRCULANTE	7.265.777,00 D	Obrigações Fiscais Federais	258.919,00 C
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.996.175,00 D	IR e Contribuição Social a Pagar	164.355,00 C
CONTAS A RECEBER	1.912.774,00 D	Outros obrigações Fiscais Federais	94.564,00 C
Clientes a Receber- Duplicatas a Receber	1.912.774,00 D	Origações Fiscais Estaduais	206.240,00 C
Impostos Diferidos	83.401,00 D	Origações Fiscais Estaduais	206.240,00 C
		Origações Fiscais Municipais	1.818,00 C
		Origações Fiscais Municipais	1.818,00 C
		Empréstimos e Financiamentos	632.134,00 C

LICENÇA ACADÊMICA 14/05/2020 21:56:49

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>	
<b>0002</b>	
AVENIDA JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO - CEP : 91410-400	
PORTO ALEGRE / RS	
CNPJ : 92.754.738/0001-62	
Local de Registro : JUCERS	Inscrição Estadual : ISENT0
Período de Movimento : JANEIRO/2020 a MARCO/2020	Data de Registro : / /
	Número de Registro: Folha: 2
<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO</b>
Imposto de Renda Diferido 83.401,00 D	Empréstimos e Financiamentos 321.175,00 C
ATIVO IMOBILIZADO 3.349.157,00 D	Em Moeda Nacional 45.217,00 C
BENS EM OPERAÇÃO 3.349.157,00 D	Em Moeda Estrangeira 275.958,00 C
Imobilizado em Operação 1.625.538,00 D	Debêntures 310.959,00 C
Direito de Uso em Arrendamento 1.534.904,00 D	Debêntures 310.959,00 C
Imobilizado em Andamento 188.715,00 D	Outras Obrigações 731.773,00 C
ATIVO INTANGÍVEL 469.711,00 D	Passivos com Partes Relacionadas 1.279,00 C
BENS EM OPERAÇÃO 469.711,00 D	Débitos com Controladas 1.279,00 C
Demais Intangíveis 450.298,00 D	Outros 730.494,00 C
Intangível Arrendado 19.413,00 D	Dividendos e JCP a Pagar 237.259,00 C
Créditos com Partes Relacionadas 65.642,00 D	Outras Obrigações 55.610,00 C
Créditos com Controladas 1.098,00 D	Participações estatutárias 5.855,00 C
Créditos com Controladas 1.098,00 D	Obrigações com Administradora de Cartão 26.919,00 C
Outros Ativos Não Circulantes 64.544,00 D	Instrumentos Financeiros Derivativos 6.680,00 C
Tributos a Recuperar 51.326,00 D	Arrendamentos a Pagar 377.777,00 C
Outros Ativos 13.218,00 D	ENERGIA ELETRICA A PAGAR 5.150,00 C
Investimentos 1.385.092,00 D	TELEFONE A PAGAR 7.055,50 C
Participações Societárias 1.385.092,00 D	AGUA E ESGOTO A PAGAR 3.038,50 C
Participações em Controladas 1.385.092,00 D	ALUGUEL A PAGAR 5.150,00 C
	Provisões 57.914,00 C
	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabal 57.914,00 C
	Provisões Cíveis 22.996,00 C
	Provisões para Risco Trabalhistas 34.918,00 C
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE 1.659.612,00 C
	Empréstimos e Financiamentos 406.086,00 C
	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 6.086,00 C
	Em Moeda Nacional 6.086,00 C
	Debêntures 400.000,00 C
	Debêntures 400.000,00 C

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>	<b>0002</b>
AVENIDA JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO - CEP : 91410-400 PORTO ALEGRE / RS CNPJ : 92.754.738/0001-62 Local de Registro : JUCERS Período de Movimento : JANEIRO/2020 a MARCO/2020	
Inscrição Estadual : ISENTO Data de Registro : / / Número de Registro: Folha: 3	
<b>PASSIVO</b>	
	Outras Obrigações 1.230.095,00 C Outros 1.230.095,00 C Outras obrigações 247,00 C Arrendamentos a pagar 1.229.848,00 C Provisões 23.431,00 C PROVISÕES FISC. Previdenc. TRAB. CÍVIL 23.431,00 C Provisões Fiscais 23.431,00 C PATRIMÔNIO LÍQUIDO 5.327.144,79 C Capital Social Realizado 3.795.634,00 C Reservas de Capital 3.795.634,00 C Capital a Integralizar 3.795.634,00 C RESERVAS DE CAPITAL 1.531.510,79 C Reservas de Capital 38.678,00 C Opções Outorgadas 74.227,00 C Ações em Tesouraria 35.549,00 D RESERVAS DE LUCROS 1.505.318,79 C Reserva Legal 54.955,00 C Reserva de Incentivos Fiscais 97.539,00 C Dividendo Adicional Proposto 282.546,00 C Reserva para Investimento e Expansão 447.748,00 C Retenção de Lucros 622.530,79 C AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL 2.231,00 D AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL 2.231,00 D Ajustes Acumulados de Conversão 10.255,00 D Ajustes Acumulados de Conversão 10.255,00 D
<b>TOTAL DO ATIVO =====&gt;</b>	<b>10.669.735,42 D</b>
	<b>TOTAL DO PASSIVO =====&gt;</b>
	<b>10.669.735,42 C</b>
Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totalizando tanto no Ativo como na soma do Passivo com o Patrimônio Líquido, a importância de : <b>R\$ 10.669.735,42 ( Dez Milhões e Seiscentos e Sessenta e Nove Mil e Setecentos e Trinta e Cinco Reais e Quarenta e Dois Centavos )</b>	
PORTO ALEGRE/RS, 31 de MARCO de 2020	
CONTADOR MODELO CONTADOR C.P.F. :111.111.111-11 RG : C.R.C. :RJ-111.111/RJ	SNOOP DIRETOR C.P.F. :000.000.000-00 R.G. :00000000000000
LICENÇA ACADÊMICA 14/05/2020 21:56:49	

Anexo II

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/03/2020		
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>		<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400		
PORTO ALEGRE / RS		
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62	Inscrição Estadual: ISENT0	
Local de Registro: JUCERS	Data do Registro: / /	Nº do Registro:
Período Movimento: JANEIRO/2020 a MARCO/2020		FOLHA: 1
<b>Receita Bruta de vendas e/ou serviços</b>		
Vendas de Mercadorias	2.047.640,00	2.047.640,00
<b>(-) Deduções das receitas brutas</b>		
DEVOLUÇÕES DE MERCADORIAS	61.800,00	61.800,00
ICMS	357.451,20	357.451,20
PIS	32.766,37	32.766,37
COFINS	150.923,84	150.923,84
<b>(=) Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços</b>		<b>1.444.698,59</b>
<b>(-) Custos de bens e/ou serviços vendidos</b>		
CUSTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS	603.206,62	603.206,62
<b>(=) Lucro Bruto</b>		<b>841.491,97</b>
<b>(-) Despesas Operacionais</b>		
Água	3.038,50	3.038,50
Energia Elétrica	5.150,00	5.150,00
Telefone	7.055,50	7.055,50
Aluguel	5.150,00	5.150,00
SALÁRIOS E ORDENADOS	113.300,00	113.300,00
ADICIONAL NOTURNO	11.330,00	11.330,00
HORAS EXTRAS	13.596,00	13.596,00
DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	4.985,20	4.985,20
FGTS	12.823,52	12.823,52
FERIAS	5.150,00	5.150,00
13º SALARIO	11.932,76	11.932,76
INSS PATRONAL	32.058,80	32.058,80

PORTO ALEGRE / RS, 31 de Marco de 2020

CONTADOR MODELO  
CONTADOR  
C.P.F.: 111.111.111-11 RG:  
C.R.C.: RJ-111.111/RJ

FULANO DE TAL  
SOCIO ADMINISTRADOR  
C.P.F.: 000.000.000-00  
R.G.: 000000000

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/03/2020		
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>		<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400		
PORTO ALEGRE / RS		
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62 Inscrição Estadual: ISENT0		
Local de Registro: JUCERS		Data do Registro: / /
Período Movimento: JANEIRO/2020 a MARCO/2020		Nº do Registro: FOLHA: 2
INSS SEGURO ACIDENTE TRABALHO	1.602,94	1.602,94
INSS SOBRE TERCEIROS	9.297,96	9.297,96
<b>(=) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>605.020,79</b>
<b>(+) Receitas Não Operacionais</b>		
Juros Ativos	1.030,00	1.030,00
ganho alienação de veiculos	20.600,00	20.600,00
<b>(-) Despesas Não Operacionais</b>		
Descontos Concedidos	4.120,00	4.120,00
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>622.530,79</b>

PORTO ALEGRE / RS, 31 de Marco de 2020

CONTADOR MODELO  
CONTADOR  
C.P.F. :111.111.111-11 RG :  
C.R.C. :RJ-111.111/RJ

FULANO DE TAL  
SOCIO ADMINISTRADOR  
C.P.F. :000.000.000-00  
R.G. :000000000

## Anexo III

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

Folha:0000

Empresa: LOJAS RENNER S.A

CNPJ/CPF: 92.754.738/0001-62

End.: AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA

Município: PORTO ALEGRE

UF: RS

Emitido em: 31/03/2020

Período: Janeiro a Março

NIRE:

Dt.Registro: 31/03/2020

Atividades operacionais	2.019
Ajustes ao lucro do exercício	-
Resultado do exercício	622.530,79
Mais: Depreciação e amortização	-
Lucro ajustado	622.530,79
<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>	
Estoques	-
Clientes a receber	(425.390,00)
Impostos a recuperar	-
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>	
Fornecedores	288.400,00
Outras obrigações	20.394,00
Obrigações tributárias	124.630,00
Obrigações sociais	100.040,46
Obrigações trabalhistas	51.485,17
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>782.090,42</b>
<b>Atividades de investimento</b>	
venda de ativo imobilizado	108.050,00
Pagamento pela aquisição de investimentos	(108.050,00)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamento</b>	
Empréstimos de curto prazo	-
Distribuição de lucros	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>782.090,42</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.793.944,42
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	(1.011.854,00)
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>782.090,42</b>



Anexo IV

RAZÃO ANALÍTICO						
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>						<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400						
PORTO ALEGRE / RS						
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62				Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020						FOLHA: 1
<b>CONTA : 1.1.1.01.001 - CAIXA</b>						<b>REDUZIDO : 5</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento			Valor	Saldo
		<b>SALDO ANTERIOR =====&gt;</b>				1.011.854,00 D
05/01	4.1.1.01.001	1.0000 001-Vr. VENDAS A VISTA CONF. ECF 01-99			41.200,00 D	1.053.054,00 D
08/01	2.1.1.01.001	28.0000 001-Vr. Pagamento de compra a prazo - NF 443 - Fornecedor W (nacional)			25.750,00 C	1.027.304,00 D
07/02	4.1.1.01.001	30.0000 001-Vr. venda de mercadorias conforme ecf 501-600			618.000,00 D	1.645.304,00 D
10/02		34.0000 001-Vr. compra de mercadorias a vista			309.000,00 C	1.336.304,00 D
15/02		35.0000 001-Vr. cred. referente a devolução de mercadoria conf. nf			51.500,00 D	1.387.804,00 D
15/02	1.1.2.03.001	36.0000 001-Vr. pgt. adiantamento de salarios competencia 02/2020			8.497,50 C	1.379.306,50 D
02/03	1.2.3.01.004	107.0000 001-Vr. aquisição de veiculo a vista			108.150,00 C	1.271.156,50 D
05/03	2.1.1.03.001	53.0000 001-Vr. Pagamento de Salários (ref 02/2018)			54.547,15 C	1.216.609,35 D
07/03	2.1.1.04.004	54.0000 001-Vr. Recolhimento de FGTS (ref 02/2018)			5.728,45 C	1.210.880,90 D
10/03	2.1.1.04.008	55.0000 001-Vr. Recolhimento Contribuição Assistencial (ref 02/2018)			566,50 C	1.210.314,40 D
20/03	2.1.1.04.001	56.0000 001-Vr. Recolhimento INSS (ref 02/2018)			25.425,21 C	1.184.889,19 D
20/03	2.1.1.05.001	57.0000 001-Vr. Recolhimento ICMS 02/2018			66.488,89 C	1.118.400,30 D
20/03	2.1.1.04.002	58.0000 001-Vr. Recolhimento PIS 02/2018			5.948,25 C	1.112.452,05 D
20/03	2.1.1.04.003	59.0000 001-Vr. Recolhimento COFINS 02/2018			27.398,00 C	1.085.054,05 D
20/03	1.1.2.03.001	77.0000 001-Vr. pgt. adiantamento de salarios comp. 03/2020			28.642,24 C	1.056.411,81 D
21/03	4.1.1.01.001	71.0000 001-Vr. vendas de mercadorias a vista			515.000,00 D	1.571.411,81 D
21/03		75.0000 001-Vr. compra de mercadorias a vista			309.000,00 C	1.262.411,81 D
22/03		76.0000 001-Vr. credito referente devolução compras			51.500,00 D	1.313.911,81 D
31/03	3.2.1.01.002	100.0000 001-Vr. Provisão conta energia elétrica 03/2018			5.150,00 C	1.308.761,81 D
31/03	3.2.1.01.003	101.0000 001-Vr. Provisão conta telefone 03/3018			7.055,50 C	1.301.706,31 D
31/03	3.2.1.01.001	102.0000 001-Vr. Provisão conta água e esgoto 03/2018			3.038,50 C	1.298.667,81 D
31/03	3.2.1.01.010	103.0000 001-Vr. Provisão aluguel mês 03/2018			5.150,00 C	1.293.517,81 D
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	1.277.200,00	Total Crédito	995.536,19
						<b>1.293.517,81 D</b>
<b>CONTA : 1.1.1.02.001 - Banco do Brasil S.A.</b>						<b>REDUZIDO : 7</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento			Valor	Saldo
01/03	1.1.1.02.004	116.0000 001-Vr. transferencia entre bancos			566.500,00 C	566.500,00 C
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	0,00	Total Crédito	566.500,00
						<b>566.500,00 C</b>

RAZÃO ANALÍTICO					
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>					<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400					
PORTO ALEGRE / RS					
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62			Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020					FOLHA: 2
<b>CONTA : 1.1.1.02.004 - Banco Bradesco</b>					<b>REDUZIDO : 10</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
09/01	1.1.2.01.001	50.0000 001-Vr. Recebimento de vendas a prazo - lote cobrança bancária 001	46.350,00 C	46.350,00	C
01/03	1.1.1.02.001	116.0000 001-Vr. transferencia entre bancos	566.500,00 D	520.150,00	D
23/03	1.1.2.01.002	115.0000 001-Vr. desconto duplicatas	412.000,00 D	932.150,00	D
23/03		117.0001 001-Vr. recebimento duplicata anatecipada	78.280,00 D	1.010.430,00	D
25/03	1.2.1.02.001	118.0000 001-Vr. Recebimento duplicatas em atraso	41.200,00 C	969.230,00	D
25/03	4.1.2.01.001	119.0000 001-Vr. recebimento juros ref duplicata em atraso	1.030,00 D	970.260,00	D
25/03		121.0000 001-Vr. venda de veiculo	128.750,00 D	1.099.010,00	D
27/03		120.0002 001-Vr. valor duplicatas nao pagas conf remessa	20.600,00 C	1.078.410,00	D
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	1.186.560,00	Total Crédito
				108.150,00	<b>1.078.410,00</b>
<b>CONTA : 1.1.2.01.001 - Clientes Diversos - Duplicatas a Receber</b>					<b>REDUZIDO : 17</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
				1.912.774,00	D
SALDO ANTERIOR =====>					
09/01	1.1.1.02.004	50.0000 001-Vr. Recebimento de vendas a prazo - lote cobrança bancária 001	46.350,00 D	1.959.124,00	D
10/01	4.1.1.01.001	12.0000 001-Vr. VENDAS A PRAZO CONF. ECF 100-200	56.650,00 D	2.015.774,00	D
20/01	4.1.1.01.001	16.0000 001-Vr. VENDAS A PRAZO CONF. ECF 200-300	54.590,00 D	2.070.364,00	D
25/01	4.1.1.01.001	20.0000 001-Vr. VENDAS A PRAZO CONF. ECF 301-400	61.800,00 D	2.132.164,00	D
27/01	4.1.1.01.001	24.0000 001-Vr. VENDAS A PRAZO CONF. ECF 401-500	82.400,00 D	2.214.564,00	D
31/01	4.1.1.04.001	7.0000 001-Vr. RECEBIMENTO DE MERCADORIAS EM DEVOLUÇÃO	61.800,00 C	2.152.764,00	D
23/03		117.0000 001-Vr. recebimento duplicata antecipada	82.400,00 C	2.070.364,00	D
27/03		120.0001 001-Vr. baixa duplicata conf retorno	391.400,00 C	1.678.964,00	D
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	301.790,00	Total Crédito
				535.600,00	<b>1.678.964,00</b>
<b>CONTA : 1.1.2.01.002 - (-) Duplicatas Descontadas</b>					<b>REDUZIDO : 18</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
23/03	1.1.1.02.004	115.0000 001-Vr. desconto duplicatas	412.000,00 C	412.000,00	C
27/03		120.0000 001-Vr. retorno remessa bancaria	412.000,00 D	0,00	
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	412.000,00	Total Crédito
				412.000,00	<b>0,00</b>

RAZÃO ANALÍTICO						
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>						<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400						
PORTO ALEGRE / RS						
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62				Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020						FOLHA: 3
<b>CONTA : 1.1.2.03.001 - Adiantamento a Funcionários</b>						<b>REDUZIDO : 23</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor		Saldo	
15/02	1.1.1.01.001	36.0000 001-Vr. pgt. adiantamento de salarios competencia 02/2020	8.497,50	D	8.497,50	D
29/02	2.1.1.03.001	44.0000 001-Vr. ref. desconto adiantamento salarial 02/2020	8.497,50	C	0,00	
20/03	1.1.1.01.001	77.0000 001-Vr. pgt. adiantamento de salarios comp. 03/2020	28.642,24	D	28.642,24	D
31/03	2.1.1.03.001	85.0000 001-Vr. Adiantamento de salários 03/2018 - desconto pgto 20/02	28.642,24	C	0,00	
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	37.139,74	Total Crédito	37.139,74
					<b>0,00</b>	
<b>CONTA : 1.1.2.04.001 - ICMS a Recuperar</b>						<b>REDUZIDO : 28</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor		Saldo	
07/01		2.0002 001-Vr. ICMS A RECUPERAR REF. NF 001 FORNECEDOR A	9.270,00	D	9.270,00	D
15/01		51.0002 001-Vr. ICMS A RECUPERAR CONF. NF 559 FORNECEDOR X	13.905,00	D	23.175,00	D
20/01		6.0002 001-Vr. ESTORNO ICMS RECUPERAR CONF. DEV. MERCADORIA NF 001 FORNECEDOR X	1.854,00	C	21.321,00	D
31/01	2.1.1.05.001	60.0000 001-Vr. COMPENSAÇÃO ICMS 01/2020	21.321,00	C	0,00	
10/02		34.0002 001-Vr. icms a recuperar ref compra mercadoria a vista	55.620,00	D	55.620,00	D
15/02		35.0002 001-Vr. estorno icms a recuperar ref. devolucao mercadorias conf. nf	9.270,00	C	46.350,00	D
29/02	2.1.1.05.001	104.0000 001-Vr. compensação icms 02/2020	46.350,00	C	0,00	
21/03		75.0002 001-Vr. icms a recuperar ref compra mercadorias a vista	55.620,00	D	55.620,00	D
21/03		113.0002 001-Vr. icms a recuperar ref compra mercadorias a prazo	46.350,00	D	101.970,00	D
21/03		114.0002 001-Vr. estorno icms a recuperar ref devolucao de compra de mercadorias	11.124,00	C	90.846,00	D
22/03		76.0002 001-Vr. estorno icms a recuperar ref a devolucao compra	9.270,00	C	81.576,00	D
31/03	2.1.1.05.001	149.0000 001-Vr. compensação icms 03/2020	81.576,00	C	0,00	
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	180.765,00	Total Crédito	180.765,00
					<b>0,00</b>	

RAZÃO ANALÍTICO						
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>						<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400						
PORTO ALEGRE / RS						
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62 Inscrição Estadual: ISENT0						LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020						FOLHA: 4
<b>CONTA : 1.1.2.04.005 - PIS a Recuperar</b>					<b>REDUZIDO : 32</b>	
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo		
07/01		2.0004 001-Vr. PIS A RECUPERAR REF. NF 001 FORNECEDOR A	849,75 D	849,75 D		
15/01		51.0004 001-Vr. PIS A RECUPERAR CONF. NF 559 FORNECEDOR X	1.274,63 D	2.124,38 D		
20/01		6.0004 001-Vr. ESTORNO PIS RECUPERAR CONF. DEV. MERCADORIA NF 001 FORNECEDOR X	169,95 C	1.954,43 D		
31/01	2.1.1.04.002	61.0000 001-Vr. COMPENSAÇÃO PIS 01/2020	1.954,43 C	0,00		
10/02		34.0004 001-Vr. pis a recuperar ref compra mercadoria a vista	5.098,50 D	5.098,50 D		
15/02		35.0004 001-Vr. estorno pis a recuperar ref. devolução mercadoria conf. nf	849,75 C	4.248,75 D		
29/02	2.1.1.04.002	105.0000 001-Vr. compensação pis 02/2020	4.248,75 C	0,00		
21/03		75.0004 001-Vr. pis a recuperar ref compra mercadorias a vista	5.098,50 D	5.098,50 D		
21/03		113.0004 001-Vr. pis a recuperar ref compra mercadorias a prazo	4.248,75 D	9.347,25 D		
21/03		114.0004 001-Vr. estorno pis a recuperar ref devolucao de compra de mercadorias	1.019,70 C	8.327,55 D		
22/03		76.0004 001-Vr. estorno Pis a recuperar ref a devolução de compras	849,75 C	7.477,80 D		
31/03	2.1.1.04.002	150.0000 001-Vr. compensação pis 03/2020	7.477,80 C	0,00		
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	16.570,13	Total Crédito	16.570,13
						<b>0,00</b>
<b>CONTA : 1.1.2.04.006 - COFINS a Recuperar</b>					<b>REDUZIDO : 33</b>	
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo		
07/01		2.0003 001-Vr. COFINS A RECUPERAR REF. NF 001 FORNECEDOR A	3.914,00 D	3.914,00 D		
15/01		51.0003 001-Vr. COFINS A RECUPERAR CONF. NF 559 FORNECEDOR X	5.871,00 D	9.785,00 D		
20/01		6.0003 001-Vr. ESTORNO COFINS RECUPERAR CONF. DEV. MERCADORIA NF 001 FORNECEDOR X	782,80 C	9.002,20 D		
31/01	2.1.1.04.003	62.0000 001-Vr. COMPENSAÇÃO COFINS 01/2020	9.002,20 C	0,00		
10/02		34.0003 001-Vr. cofins a recuperar ref compra mercadorias a vista	23.484,00 D	23.484,00 D		
15/02		35.0003 001-Vr. estorno cofins a recuperar ref. devolução de mercadorias conf. nf	3.914,00 C	19.570,00 D		
29/02	2.1.1.04.003	106.0000 001-Vr. compensação cofins 02/2020	19.570,00 C	0,00		
21/03		75.0003 001-Vr. cofins a recuperar ref compra mercadorias a vista	23.484,00 D	23.484,00 D		
21/03		113.0003 001-Vr. cofins a recuperar ref a compra mercadorias a prazo	19.570,00 D	43.054,00 D		
21/03		114.0003 001-Vr. estorno cofins a recuperar ref devolucao de compra de mercadorias	4.696,80 C	38.357,20 D		
22/03		76.0003 001-Vr. estorno cofins a recuperar ref a devolução de compra mercadorias	3.914,00 C	34.443,20 D		
31/03	2.1.1.04.003	151.0000 001-Vr. compensação cofins 03/2020	34.443,20 C	0,00		
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	76.323,00	Total Crédito	76.323,00
						<b>0,00</b>
<b>CONTA : 1.1.3.01.001 - Mercadorias p/ revenda</b>					<b>REDUZIDO : 38</b>	

RAZÃO ANALÍTICO					
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>					<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400					
PORTO ALEGRE / RS					
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62			Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020					FOLHA: 5
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
		<b>SALDO ANTERIOR =====&gt;</b>			915.848,00 D
31/03	3.1.2.01.001	153.0000 001-Vr. Estoque Inicial	915.848,00 C		0,00
31/03	3.1.2.01.001	154.0000 001-Vr. Estoque Final	915.848,00 D		915.848,00 D
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	915.848,00	Total Crédito
				915.848,00	<b>915.848,00 D</b>
<b>CONTA : 1.2.1.02.001 - Clientes a receber - Duplicatas a recebe</b>					<b>REDUZIDO : 44</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
21/03	4.1.1.01.001	109.0000 001-Vr. vendas de mercadorias a prazo	618.000,00 D		618.000,00 D
25/03	1.1.1.02.004	118.0000 001-Vr. Recebimento duplicatas em atraso	41.200,00 D		659.200,00 D
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	659.200,00	Total Crédito
				0,00	<b>659.200,00 D</b>
<b>CONTA : 1.2.3.01.004 - Veiculos</b>					<b>REDUZIDO : 57</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
02/03	1.1.1.01.001	107.0000 001-Vr. aquisição de veiculo a vista	108.150,00 D		108.150,00 D
25/03		121.0001 001-Vr. baixa veiculo vendido	108.150,00 C		0,00
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	108.150,00	Total Crédito
				108.150,00	<b>0,00</b>
<b>CONTA : 2.1.1.01.001 - Fornecedores NACIONAIS</b>					<b>REDUZIDO : 81</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
		<b>SALDO ANTERIOR =====&gt;</b>			953.077,00 C
07/01		2.0000 001-Vr. COMPRA A PRAZO CONF. NF 001 FORNECEDOR A	51.500,00 C		1.004.577,00 C
08/01	1.1.1.01.001	28.0000 001-Vr. Pagamento de compra a prazo - NF 443 - Fornecedor W (nacional)	25.750,00 D		978.827,00 C
15/01		51.0000 001-Vr. COMPRA A PRAZO CONF. NF 559 FORNECEDOR X	77.250,00 C		1.056.077,00 C
20/01		6.0000 001-Vr. DEVOLUÇÕES DE MERCADORIAS NF001 FORNECEDOR X	10.300,00 D		1.045.777,00 C
21/03		113.0000 001-Vr. compra de mercadorias a prazo	257.500,00 C		1.303.277,00 C
21/03		114.0000 001-Vr. devolucao de compra de mercadorias	61.800,00 D		1.241.477,00 C
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	97.850,00	Total Crédito
				386.250,00	<b>1.241.477,00 C</b>

RAZÃO ANALÍTICO					
<b>LOJAS RENNER S.A.</b> AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400 PORTO ALEGRE / RS CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62 Inscrição Estadual: ISENT0 Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020					<b>0002</b>  LIVRO : 0001 FOLHA: 6
<b>CONTA : 2.1.1.03.001 - Salários a pagar</b>					<b>REDUZIDO : 88</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
		<b>SALDO ANTERIOR =====&gt;</b>			204.038,00 C
29/02	3.2.1.02.001	37.0000 001-Vr. ref. salarios empregados 02/2020	56.650,00 C		260.688,00 C
29/02	3.2.1.02.003	38.0000 001-Vr. ref. horas extras a pagar 02/2020	6.798,00 C		267.486,00 C
29/02	3.2.1.02.002	39.0000 001-Vr. ref. adicional noturno a pagar 02/2020	5.665,00 C		273.151,00 C
29/02	3.2.1.02.004	40.0000 001-Vr. ref. dsr a pagar 02/2020	2.492,60 C		275.643,60 C
29/02	2.1.1.04.001	41.0000 001-Vr. ref. inss descontado folha pagamento 02/2020	5.728,45 D		269.915,15 C
29/02	2.1.1.05.004	42.0000 001-Vr. ref. desconto irrf folha de pagamento 02/2020	2.266,00 D		267.649,15 C
29/02	2.1.1.04.008	43.0000 001-Vr. re. contribuição assistencial des. folha pagamento 02/2020	566,50 D		267.082,65 C
29/02	1.1.2.03.001	44.0000 001-Vr. ref. desconto adiantamento salarial 02/2020	8.497,50 D		258.585,15 C
05/03	1.1.1.01.001	53.0000 001-Vr. Pagamento de Salários (ref 02/2018)	54.547,15 D		204.038,00 C
31/03	3.2.1.02.001	78.0000 001-Vr. Salários e ordenados - folha de pagamento de empregados 03/2018	56.650,00 C		260.688,00 C
31/03	3.2.1.02.002	79.0000 001-Vr. Adicional Noturno - folha de pagamento 03/2018	5.665,00 C		266.353,00 C
31/03	3.2.1.02.003	80.0000 001-Vr. Horas Extras - folha de pagamento - 03/2018	6.798,00 C		273.151,00 C
31/03	3.2.1.02.004	81.0000 001-Vr. Descanso Semanal Remunerado - DSR s/ extras - folha de pagamento 03/2018	2.492,60 C		275.643,60 C
31/03	2.1.1.04.001	82.0000 001-Vr. descontado dos empregados em folha de pagamento 03/2018	5.728,45 D		269.915,15 C
31/03	2.1.1.05.004	83.0000 001-Vr. Imposto de renda retido na fonte desc. Empregados em folha de pagamento 03/2018	2.266,00 D		267.649,15 C
31/03	2.1.1.04.008	84.0000 001-Vr. Contribuição Assistencial descontada dos empregados em folha de pagamento 03/2018	566,50 D		267.082,65 C
31/03	1.1.2.03.001	85.0000 001-Vr. Adiantamento de salários 03/2018 - desconto pgto 20/02	28.642,24 D		238.440,41 C
		<b>RESUMO</b>		Total Débito	108.808,79
				Total Crédito	143.211,20
					<b>238.440,41 C</b>
<b>CONTA : 2.1.1.03.003 - Férias a Pagar</b>					<b>REDUZIDO : 90</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
29/02	3.2.1.02.006	49.0000 001-Vr. ref. prov. ferias 02/2020	2.575,00 C		2.575,00 C
31/03	3.2.1.02.006	90.0000 001-Vr. Provisão para férias ref. Folha de pagamento 03/2018	2.575,00 C		5.150,00 C
		<b>RESUMO</b>		Total Débito	0,00
				Total Crédito	5.150,00
					<b>5.150,00 C</b>
<b>CONTA : 2.1.1.03.004 - Décimo Terceiro a Pagar</b>					<b>REDUZIDO : 91</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
29/02	3.2.1.02.007	66.0000 001-Vr. PROVISÃO PARA 13 SALARIO 02/2020	5.966,38 C		5.966,38 C
31/03	3.2.1.02.007	95.0000 001-Vr. Provisão para 13º ref. Folha de pagamento 03/2018	5.966,38 C		11.932,76 C
		<b>RESUMO</b>		Total Débito	0,00
				Total Crédito	11.932,76
					<b>11.932,76 C</b>

RAZÃO ANALÍTICO				
<b>LOJAS RENNER S.A.</b> AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400 PORTO ALEGRE / RS CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62      Inscrição Estadual: ISENT0 Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020				<b>0002</b>  LIVRO : 0001 FOLHA: 7
<b>CONTA : 2.1.1.04.001 - INSS a Recolher</b>				<b>REDUZIDO : 96</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo
29/02	2.1.1.03.001	41.0000 001-Vr. ref. inss descontado folha pagamento 02/2020	5.728,45 C	5.728,45 C
29/02	3.2.1.03.006	46.0000 001-Vr. ref inss patronal s/ folha pagamento 02/2020	14.321,12 C	20.049,57 C
29/02	3.2.1.03.007	47.0000 001-Vr. ref. inss sat a recolher 02/2020	716,06 C	20.765,63 C
29/02	3.2.1.03.008	48.0000 001-Vr. ref. inss s/ terceiros 02/2020	4.153,58 C	24.919,21 C
29/02	3.2.1.03.006	52.0000 001-Vr. INSS PATRONAL SOB FERIAS 02/2020	515,00 C	25.434,21 C
29/02	3.2.1.03.007	63.0000 001-Vr. INSS SAT SOB FERIAS 02/2020	25,75 C	25.459,96 C
29/02	3.2.1.03.008	64.0000 001-Vr. INSS SOBRE TERCEIROS SOB FERIAS 02/2020	149,35 C	25.609,31 C
20/03	1.1.1.01.001	56.0000 001-Vr. Recolhimento INSS (ref 02/2018)	25.425,21 D	184,10 C
31/03	2.1.1.03.001	82.0000 001-Vr. descontado dos empregados em folha de pagamento 03/2018	5.728,45 C	5.912,55 C
31/03	3.2.1.03.006	87.0000 001-Vr. Encargos de empresa INSS s/ folha de pagamento 03/2018	14.321,12 C	20.233,67 C
31/03	3.2.1.03.007	88.0000 001-Vr. INSS seguro acidente de trabalho 03/2018	716,06 C	20.949,73 C
31/03	3.2.1.03.008	89.0000 001-Vr. INSS s/ terceiros incidente sobre a folha de pagamento 03/2018	4.153,58 C	25.103,31 C
31/03	3.2.1.03.006	91.0000 001-Vr. INSS encargos empresa s/ provisão de férias 03/2018	515,00 C	25.618,31 C
31/03	3.2.1.03.007	92.0000 001-Vr. INSS SAT s/ provisão de férias 03/2018	25,75 C	25.644,06 C
31/03	3.2.1.03.008	93.0000 001-Vr. INSS s/ terceiros s/ provisão de férias 03/2018	149,35 C	25.793,41 C
31/03	3.2.1.03.006	96.0000 001-Vr. INSS encargos empres s/ provisão 13º salário 03/2018	1.193,28 C	26.986,69 C
31/03	3.2.1.03.007	97.0000 001-Vr. INSS SAT s/ provisão 13º salário 03/2018	59,66 C	27.046,35 C
31/03	3.2.1.03.008	98.0000 001-Vr. INSS s/ terceiros s/ provisão 13º salário 03/2018	346,05 C	27.392,40 C
		<b>RESUMO</b>		
		Total Débito	25.425,21	Total Crédito
			52.817,61	<b>27.392,40 C</b>

RAZÃO ANALÍTICO						
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>						<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400						
PORTO ALEGRE / RS						
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62				Inscrição Estadual: ISENTO		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020						FOLHA: 8
<b>CONTA : 2.1.1.04.002 - PIS a Recolher</b>						<b>REDUZIDO : 97</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor		Saldo	
05/01	4.1.1.03.003	4.0000 001-Vr. PIS A RECOLHER REF.VENDAS A VISTA CONF. ECF 01-99	679,80	C	679,80	C
10/01	4.1.1.03.003	13.0000 001-Vr. PIS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 100-200	934,73	C	1.614,53	C
20/01	4.1.1.03.003	18.0000 001-Vr. PIS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 201-300	900,74	C	2.515,27	C
25/01	4.1.1.03.003	22.0000 001-Vr. PIS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 301-400	1.019,70	C	3.534,97	C
27/01	4.1.1.03.003	26.0000 001-Vr. PIS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 401-500	1.359,60	C	4.894,57	C
31/01	4.1.1.03.003	9.0000 001-Vr. ESTORNO PIS A RECOLHER REF. DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS	1.019,70	D	3.874,87	C
31/01	1.1.2.04.005	61.0000 001-Vr. COMPENSAÇÃO PIS 01/2020	1.954,43	D	1.920,44	C
07/02	4.1.1.03.003	32.0000 001-Vr. pis a recolher conf. ecf 501-600	10.197,00	C	12.117,44	C
29/02	1.1.2.04.005	105.0000 001-Vr. compensação pis 02/2020	4.248,75	D	7.868,69	C
20/03	1.1.1.01.001	58.0000 001-Vr. Recolhimento PIS 02/2018	5.948,25	D	1.920,44	C
21/03	4.1.1.03.003	73.0000 001-Vr. pis recolher conforme venda a vista	8.497,50	C	10.417,94	C
21/03	4.1.1.03.003	111.0000 001-Vr. pis ref a venda mercadorias a prazo	10.197,00	C	20.614,94	C
31/03	1.1.2.04.005	150.0000 001-Vr. compensação pis 03/2020	7.477,80	D	13.137,14	C
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	20.648,93	Total Crédito	33.786,07
					<b>13.137,14</b>	<b>C</b>



RAZÃO ANALÍTICO						
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>						<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400						
PORTO ALEGRE / RS						
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62				Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020				FOLHA: 9		
<b>CONTA : 2.1.1.04.003 - COFINS a Recolher</b>						<b>REDUZIDO : 98</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor		Saldo	
05/01	4.1.1.03.004	5.0000 001-Vr. COFINS A RECOLHER REF.VENDAS A VISTA CONF. ECF 01-99	3.131,20	C	3.131,20	C
10/01	4.1.1.03.004	15.0000 001-Vr. COFINS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 1	4.305,40	C	7.436,60	C
20/01	4.1.1.03.004	19.0000 001-Vr. COFINS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 201-300	4.148,84	C	11.585,44	C
25/01	4.1.1.03.004	23.0000 001-Vr. COFINS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 301-400	4.696,80	C	16.282,24	C
27/01	4.1.1.03.004	27.0000 001-Vr. COFINS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 401-500	6.262,40	C	22.544,64	C
31/01	4.1.1.03.004	10.0000 001-Vr. ESTORNO COFINS A RECOLHER REF. DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS	4.696,80	D	17.847,84	C
31/01	1.1.2.04.006	62.0000 001-Vr. COMPENSAÇÃO COFINS 01/2020	9.002,20	D	8.845,64	C
07/02	4.1.1.03.004	33.0000 001-Vr. cofins a recolher conf. ecf 501-600	46.968,00	C	55.813,64	C
29/02	1.1.2.04.006	106.0000 001-Vr. compensação cofins 02/2020	19.570,00	D	36.243,64	C
20/03	1.1.1.01.001	59.0000 001-Vr. Recolhimento COFINS 02/2018	27.398,00	D	8.845,64	C
21/03	4.1.1.03.004	74.0000 001-Vr. cofins a recolher conforme venda a vista	39.140,00	C	47.985,64	C
21/03	4.1.1.03.004	112.0000 001-Vr. cofins ref a venda de mercadorias a prazo	46.968,00	C	94.953,64	C
31/03	1.1.2.04.006	151.0000 001-Vr. compensação cofins 03/2020	34.443,20	D	60.510,44	C
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	95.110,20	Total Crédito	155.620,64
					<b>60.510,44</b>	C
<b>CONTA : 2.1.1.04.004 - FGTS a Recolher</b>						<b>REDUZIDO : 99</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor		Saldo	
29/02	3.2.1.02.005	45.0000 001-Vr. ref.fgts folha de pagamento 02/2020	5.728,45	C	5.728,45	C
29/02	3.2.1.02.005	65.0000 001-Vr. FGTS REF. FERIAS 02/2020	206,00	C	5.934,45	C
29/02	3.2.1.02.005	70.0000 001-Vr. FGTS RE. 13 SALARIO 02/2020	477,31	C	6.411,76	C
07/03	1.1.1.01.001	54.0000 001-Vr. Recolhimento de FGTS (ref 02/2018)	5.728,45	D	683,31	C
31/03	3.2.1.02.005	86.0000 001-Vr. FGTS incidente sobre folha de pagamento 03/2018	5.728,45	C	6.411,76	C
31/03	3.2.1.02.005	94.0000 001-Vr. FGTS s/ provisão de férias 03/2018	206,00	C	6.617,76	C
31/03	3.2.1.02.005	99.0000 001-Vr. FGTS s/ provisão 13º salário 03/2018	477,31	C	7.095,07	C
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	5.728,45	Total Crédito	12.823,52
					<b>7.095,07</b>	C

RAZÃO ANALÍTICO						
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>						<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400						
PORTO ALEGRE / RS						
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62				Inscrição Estadual: ISENTO		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020						FOLHA: 10
<b>CONTA : 2.1.1.04.008 - contribuição assistencial a recolher</b>						<b>REDUZIDO : 269</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor		Saldo	
29/02	2.1.1.03.001	43.0000 001-Vr. re. contribuição assistencial des. folha pagamento 02/2020	566,50	C	566,50	C
10/03	1.1.1.01.001	55.0000 001-Vr. Recolhimento Contribuição Assistencial (ref 02/2018)	566,50	D	0,00	
31/03	2.1.1.03.001	84.0000 001-Vr. Contribuição Assistencial descontada dos empregados em folha de pagamento 03/2018	566,50	C	566,50	C
<b>RESUMO</b>		Total Débito	566,50	Total Crédito	1.133,00	<b>566,50</b>
<b>CONTA : 2.1.1.05.001 - ICMS a Recolher</b>						<b>REDUZIDO : 103</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor		Saldo	
05/01	4.1.1.03.001	3.0000 001-Vr. ICMS A RECOLHER REF.VENDAS A VISTA CONF. ECF 01-99	7.416,00	C	7.416,00	C
10/01	4.1.1.03.001	14.0000 001-Vr. ICMS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 100-200	10.197,00	C	17.613,00	C
20/01	4.1.1.03.001	17.0000 001-Vr. ICMS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 201-300	9.826,20	C	27.439,20	C
25/01	4.1.1.03.001	21.0000 001-Vr. ICMS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 301-400	11.124,00	C	38.563,20	C
27/01	4.1.1.03.001	25.0000 001-Vr. ICMS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 401-500	14.832,00	C	53.395,20	C
31/01	4.1.1.03.001	8.0000 001-Vr. ESTORNO ICMS A RECOLHER REF. DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS	11.124,00	D	42.271,20	C
31/01	1.1.2.04.001	60.0000 001-Vr. COMPENSAÇÃO ICMS 01/2020	21.321,00	D	20.950,20	C
07/02	4.1.1.03.001	31.0000 001-Vr. icms a recolher conf. ecf 501-600	111.240,00	C	132.190,20	C
29/02	3.2.1.03.006	67.0000 001-Vr. INSS PATRONAL SOB 13 REF. 02/2020	1.193,28	C	133.383,48	C
29/02	3.2.1.03.007	68.0000 001-Vr. INSS SATB 13 REF. 02/2020	59,66	C	133.443,14	C
29/02	3.2.1.03.008	69.0000 001-Vr. INSS SOBRE TERCEIROS SOB 13 SALARIO RED. 02/2020	346,05	C	133.789,19	C
29/02	1.1.2.04.001	104.0000 001-Vr. compensação icms 02/2020	46.350,00	D	87.439,19	C
20/03	1.1.1.01.001	57.0000 001-Vr. Recolhimento ICMS 02/2018	66.488,89	D	20.950,30	C
21/03	4.1.1.03.001	72.0000 001-Vr. icms a recolher conforme venda a vista	92.700,00	C	113.650,30	C
21/03	4.1.1.03.001	110.0000 001-Vr. icms ref a venda mercadorias a prazo	111.240,00	C	224.890,30	C
31/03	1.1.2.04.001	149.0000 001-Vr. compensação icms 03/2020	81.576,00	D	143.314,30	C
<b>RESUMO</b>		Total Débito	226.859,89	Total Crédito	370.174,19	<b>143.314,30</b>

RAZÃO ANALÍTICO					
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>					<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400					
PORTO ALEGRE / RS					
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62			Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020					FOLHA: 11
<b>CONTA : 2.1.1.05.004 - IRRF a Recolhe</b>					<b>REDUZIDO : 106</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
29/02	2.1.1.03.001	42.0000 001-Vr. ref. desconto irrf folha de pagamento 02/2020	2.266,00 C	2.266,00	C
31/03	2.1.1.03.001	83.0000 001-Vr. Imposto de renda retido na fonte desc. Empregados em folha de pagamento 03/2018	2.266,00 C	4.532,00	C
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	0,00	Total Crédito
				4.532,00	4.532,00 C
<b>CONTA : 2.3.2.02.005 - Retenção de Lucro</b>					<b>REDUZIDO : 128</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
31/03		178.0000 001-Vr.	622.530,79 C	622.530,79	C
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	0,00	Total Crédito
				622.530,79	622.530,79 C
<b>CONTA : 3.1.1.01.001 - COMPRAS DE MERCADORIAS</b>					<b>REDUZIDO : 252</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
07/01		2.0001 001-Vr. COMPRAS DE MERCADORIAS CONF. NF 001 FORNECEDOR A PRAZO	37.466,25 D	37.466,25	D
15/01		51.0001 001-Vr. COMPRAS DE MERCADORIAS CONF. NF 559 FORNECEDOR X	56.199,37 D	93.665,62	D
20/01		6.0001 001-Vr. DEVOLUÇÕES DE MERCADORIAS NF 001 FORNECEDOR X	7.493,25 C	86.172,37	D
10/02		34.0001 001-Vr. compra de mercadorias a vista	224.797,50 D	310.969,87	D
15/02		35.0001 001-Vr. devolução de mercadorias conf. nf	37.466,25 C	273.503,62	D
21/03		75.0001 001-Vr. compra de mercadorias a vista	224.797,50 D	498.301,12	D
21/03		113.0001 001-Vr. compra de mercadorias a prazo	187.331,25 D	685.632,37	D
21/03		114.0001 001-Vr. estorno compra de mercadoras ref a devolução	44.959,50 C	640.672,87	D
22/03		76.0001 001-Vr. devolução de mercadorias	37.466,25 C	603.206,62	D
31/03	3.1.2.01.001	152.0000 001-Vr. Compras de Mercadorias	603.206,62 C	0,00	
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	730.591,87	Total Crédito
				730.591,87	0,00
<b>CONTA : 3.1.2.01.001 - CUSTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS</b>					<b>REDUZIDO : 257</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
31/03	3.1.1.01.001	152.0000 001-Vr. Compras de Mercadorias	603.206,62 D	603.206,62	D
31/03	1.1.3.01.001	153.0000 001-Vr. Estoque Inicial	915.848,00 D	1.519.054,62	D
31/03	1.1.3.01.001	154.0000 001-Vr. Estoque Final	915.848,00 C	603.206,62	D
31/03		166.0000	603.206,62 C	0,00	
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	1.519.054,62	Total Crédito
				1.519.054,62	0,00

RAZÃO ANALÍTICO					
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>					<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400					
PORTO ALEGRE / RS					
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62			Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020					FOLHA: 12
<b>CONTA : 3.2.1.01.001 - Água</b>					<b>REDUZIDO : 136</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
31/03	1.1.1.01.001	102.0000 001-Vr. Provisão conta água e esgoto 03/2018	3.038,50 D	3.038,50	D
31/03		155.0000	3.038,50 C	0,00	
<b>RESUMO</b>		Total Débito	3.038,50	Total Crédito	3.038,50
				<b>0,00</b>	
<b>CONTA : 3.2.1.01.002 - Energia Elétrica</b>					<b>REDUZIDO : 137</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
31/03	1.1.1.01.001	100.0000 001-Vr. Provisão conta energia elétrica 03/2018	5.150,00 D	5.150,00	D
31/03		156.0000	5.150,00 C	0,00	
<b>RESUMO</b>		Total Débito	5.150,00	Total Crédito	5.150,00
				<b>0,00</b>	
<b>CONTA : 3.2.1.01.003 - Telefone</b>					<b>REDUZIDO : 138</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
31/03	1.1.1.01.001	101.0000 001-Vr. Provisão conta telefone 03/3018	7.055,50 D	7.055,50	D
31/03		157.0000	7.055,50 C	0,00	
<b>RESUMO</b>		Total Débito	7.055,50	Total Crédito	7.055,50
				<b>0,00</b>	
<b>CONTA : 3.2.1.01.010 - Aluguel</b>					<b>REDUZIDO : 145</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
31/03	1.1.1.01.001	103.0000 001-Vr. Provisão aluguel mês 03/2018	5.150,00 D	5.150,00	D
31/03		158.0000	5.150,00 C	0,00	
<b>RESUMO</b>		Total Débito	5.150,00	Total Crédito	5.150,00
				<b>0,00</b>	
<b>CONTA : 3.2.1.02.001 - SALARIOS E ORDENADOS</b>					<b>REDUZIDO : 259</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
29/02	2.1.1.03.001	37.0000 001-Vr. ref. salarios empregados 02/2020	56.650,00 D	56.650,00	D
31/03	2.1.1.03.001	78.0000 001-Vr. Salários e ordenados - folha de pagamento de empregados	56.650,00 D	113.300,00	D
31/03		03/2018 167.0000	113.300,00 C	0,00	
<b>RESUMO</b>		Total Débito	113.300,00	Total Crédito	113.300,00
				<b>0,00</b>	
<b>CONTA : 3.2.1.02.002 - ADICIONAL NOTURNO</b>					<b>REDUZIDO : 260</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo	
29/02	2.1.1.03.001	39.0000 001-Vr. ref. adicional noturno a pagar 02/2020	5.665,00 D	5.665,00	D
31/03	2.1.1.03.001	79.0000 001-Vr. Adicional Noturno - folha de pagamento 03/2018	5.665,00 D	11.330,00	D
31/03		168.0000	11.330,00 C	0,00	
<b>RESUMO</b>		Total Débito	11.330,00	Total Crédito	11.330,00
				<b>0,00</b>	

RAZÃO ANALÍTICO					
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>					<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400					
PORTO ALEGRE / RS					
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62			Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020					FOLHA: 13
<b>CONTA : 3.2.1.02.003 - HORAS EXTRAS</b>					<b>REDUZIDO : 261</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento		Valor	Saldo
29/02	2.1.1.03.001	38.0000 001-Vr. ref. horas extras a pagar 02/2020		6.798,00 D	6.798,00 D
31/03	2.1.1.03.001	80.0000 001-Vr. Horas Extras - folha de pagamento - 03/2018		6.798,00 D	13.596,00 D
31/03		169.0000		13.596,00 C	0,00
<b>RESUMO</b>		Total Débito	13.596,00	Total Crédito	13.596,00
					<b>0,00</b>
<b>CONTA : 3.2.1.02.004 - DESCANSO SEMANAL REMUNERADO</b>					<b>REDUZIDO : 262</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento		Valor	Saldo
29/02	2.1.1.03.001	40.0000 001-Vr. ref. dsr a pagar 02/2020		2.492,60 D	2.492,60 D
31/03	2.1.1.03.001	81.0000 001-Vr. Descanso Semanal Remunerado - DSR s/ extras - folha de pagamento 03/2018		2.492,60 D	4.985,20 D
31/03		170.0000		4.985,20 C	0,00
<b>RESUMO</b>		Total Débito	4.985,20	Total Crédito	4.985,20
					<b>0,00</b>
<b>CONTA : 3.2.1.02.005 - FGTS</b>					<b>REDUZIDO : 263</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento		Valor	Saldo
29/02	2.1.1.04.004	45.0000 001-Vr. ref. fgts folha de pagamento 02/2020		5.728,45 D	5.728,45 D
29/02	2.1.1.04.004	65.0000 001-Vr. FGTS REF. FERIAS 02/2020		206,00 D	5.934,45 D
29/02	2.1.1.04.004	70.0000 001-Vr. FGTS RE. 13 SALARIO 02/2020		477,31 D	6.411,76 D
31/03	2.1.1.04.004	86.0000 001-Vr. FGTS incidente sobre folha de pagamento 03/2018		5.728,45 D	12.140,21 D
31/03	2.1.1.04.004	94.0000 001-Vr. FGTS s/ provisão de férias 03/2018		206,00 D	12.346,21 D
31/03	2.1.1.04.004	99.0000 001-Vr. FGTS s/ provisão 13º salário 03/2018		477,31 D	12.823,52 D
31/03		171.0000		12.823,52 C	0,00
<b>RESUMO</b>		Total Débito	12.823,52	Total Crédito	12.823,52
					<b>0,00</b>
<b>CONTA : 3.2.1.02.006 - FERIAS</b>					<b>REDUZIDO : 267</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento		Valor	Saldo
29/02	2.1.1.03.003	49.0000 001-Vr. ref. prov. ferias 02/2020		2.575,00 D	2.575,00 D
31/03	2.1.1.03.003	90.0000 001-Vr. Provisão para férias ref. Folha de pagamento 03/2018		2.575,00 D	5.150,00 D
31/03		175.0000		5.150,00 C	0,00
<b>RESUMO</b>		Total Débito	5.150,00	Total Crédito	5.150,00
					<b>0,00</b>

RAZÃO ANALÍTICO						
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>						<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400						
PORTO ALEGRE / RS						
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62				Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020						FOLHA: 14
<b>CONTA : 3.2.1.02.007 - 13º SALARIO</b>						<b>REDUZIDO : 268</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento			Valor	Saldo
29/02	2.1.1.03.004	66.0000 001-Vr. PROVISÃO PARA 13 SALARIO 02/2020			5.966,38 D	5.966,38 D
31/03	2.1.1.03.004	95.0000 001-Vr. Provisão para 13º ref. Folha de pagamento 03/2018			5.966,38 D	11.932,76 D
31/03		176.0000			11.932,76 C	0,00
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	11.932,76	Total Crédito	11.932,76
						<b>0,00</b>
<b>CONTA : 3.2.1.03.006 - INSS PATRONAL</b>						<b>REDUZIDO : 264</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento			Valor	Saldo
29/02	2.1.1.04.001	46.0000 001-Vr. ref inss patronal s/ folha pagamento 02/2020			14.321,12 D	14.321,12 D
29/02	2.1.1.04.001	52.0000 001-Vr. INSS PATRONAL SOB FERIAS 02/2020			515,00 D	14.836,12 D
29/02	2.1.1.05.001	67.0000 001-Vr. INSS PATRONAL SOB 13 REF. 02/2020			1.193,28 D	16.029,40 D
31/03	2.1.1.04.001	87.0000 001-Vr. Encargos de empresa INSS s/ folha de pagamento 03/2018			14.321,12 D	30.350,52 D
31/03	2.1.1.04.001	91.0000 001-Vr. INSS encargos empresa s/ provisão de férias 03/2018			515,00 D	30.865,52 D
31/03	2.1.1.04.001	96.0000 001-Vr. INSS encargos empres s/ provisão 13º salário 03/2018			1.193,28 D	32.058,80 D
31/03		172.0000			32.058,80 C	0,00
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	32.058,80	Total Crédito	32.058,80
						<b>0,00</b>
<b>CONTA : 3.2.1.03.007 - INSS SEGURO ACIDENTE TRABALHO</b>						<b>REDUZIDO : 265</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento			Valor	Saldo
29/02	2.1.1.04.001	47.0000 001-Vr. ref. inss sat a recolher 02/2020			716,06 D	716,06 D
29/02	2.1.1.04.001	63.0000 001-Vr. INSS SAT SOB FERIAS 02/2020			25,75 D	741,81 D
29/02	2.1.1.05.001	68.0000 001-Vr. INSS SATB 13 REF. 02/2020			59,66 D	801,47 D
31/03	2.1.1.04.001	88.0000 001-Vr. INSS seguro acidente de trabalho 03/2018			716,06 D	1.517,53 D
31/03	2.1.1.04.001	92.0000 001-Vr. INSS SAT s/ provisão de férias 03/2018			25,75 D	1.543,28 D
31/03	2.1.1.04.001	97.0000 001-Vr. INSS SAT s/ provisão 13º salário 03/2018			59,66 D	1.602,94 D
31/03		173.0000			1.602,94 C	0,00
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	1.602,94	Total Crédito	1.602,94
						<b>0,00</b>

RAZÃO ANALÍTICO						
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>						<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400						
PORTO ALEGRE / RS						
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62				Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020						FOLHA: 15
<b>CONTA : 3.2.1.03.008 - INSS SOBRE TERCEIROS</b>						<b>REDUZIDO : 266</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo		
29/02	2.1.1.04.001	48.0000 001-Vr. ref. inss s/ terceiros 02/2020	4.153,58 D	4.153,58	D	
29/02	2.1.1.04.001	64.0000 001-Vr. INSS SOBRE TERCEIROS SOB FERIAS 02/2020	149,35 D	4.302,93	D	
29/02	2.1.1.05.001	69.0000 001-Vr. INSS SOBRE TERCEIROS SOB 13 SALARIO RED. 02/2020	346,05 D	4.648,98	D	
31/03	2.1.1.04.001	89.0000 001-Vr. INSS s/ terceiros incidente sobre a folha de pagamento 03/2018	4.153,58 D	8.802,56	D	
31/03	2.1.1.04.001	93.0000 001-Vr. INSS s/ terceiros s/ provisão de férias 03/2018	149,35 D	8.951,91	D	
31/03	2.1.1.04.001	98.0000 001-Vr. INSS s/ terceiros s/ provisão 13º salário 03/2018	346,05 D	9.297,96	D	
31/03		174.0000	9.297,96 C	0,00		
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	9.297,96	Total Crédito	9.297,96
						<b>0,00</b>
<b>CONTA : 3.2.1.04.002 - Descontos Concedidos</b>						<b>REDUZIDO : 157</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo		
23/03		117.0002 001-Vr. desconto ref desconto pagamento antecipado duplicada	4.120,00 D	4.120,00	D	
31/03		159.0000	4.120,00 C	0,00		
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	4.120,00	Total Crédito	4.120,00
						<b>0,00</b>
<b>CONTA : 4.1.1.01.001 - Vendas de Mercadorias</b>						<b>REDUZIDO : 166</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor	Saldo		
05/01	1.1.1.01.001	1.0000 001-Vr. VENDAS A VISTA CONF. ECF 01-99	41.200,00 C	41.200,00	C	
10/01	1.1.2.01.001	12.0000 001-Vr. VENDAS A PRAZO CONF. ECF 100-200	56.650,00 C	97.850,00	C	
20/01	1.1.2.01.001	16.0000 001-Vr. VENDAS A PRAZO CONF. ECF 200-300	54.590,00 C	152.440,00	C	
25/01	1.1.2.01.001	20.0000 001-Vr. VENDAS A PRAZO CONF. ECF 301-400	61.800,00 C	214.240,00	C	
27/01	1.1.2.01.001	24.0000 001-Vr. VENDAS A PRAZO CONF. ECF 401-500	82.400,00 C	296.640,00	C	
07/02	1.1.1.01.001	30.0000 001-Vr. venda de mercadorias conforme ecf 501-600	618.000,00 C	914.640,00	C	
21/03	1.1.1.01.001	71.0000 001-Vr. vendas de mercadorias a vista	515.000,00 C	1.429.640,00	C	
21/03	1.2.1.02.001	109.0000 001-Vr. vendas de mercadorias a prazo	618.000,00 C	2.047.640,00	C	
31/03		160.0000	2.047.640,00 D	0,00		
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	2.047.640,00	Total Crédito	2.047.640,00
						<b>0,00</b>

RAZÃO ANALÍTICO						
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>						<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400						
PORTO ALEGRE / RS						
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62				Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020						FOLHA: 16
<b>CONTA : 4.1.1.03.001 - ICMS</b>					<b>REDUZIDO : 170</b>	
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor		Saldo	
05/01	2.1.1.05.001	3.0000 001-Vr. ICMS A RECOLHER REF.VENDAS A VISTA CONF. ECF 01-99	7.416,00	D	7.416,00	D
10/01	2.1.1.05.001	14.0000 001-Vr. ICMS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 100-200	10.197,00	D	17.613,00	D
20/01	2.1.1.05.001	17.0000 001-Vr. ICMS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 201-300	9.826,20	D	27.439,20	D
25/01	2.1.1.05.001	21.0000 001-Vr. ICMS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 301-400	11.124,00	D	38.563,20	D
27/01	2.1.1.05.001	25.0000 001-Vr. ICMS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 401-500	14.832,00	D	53.395,20	D
31/01	2.1.1.05.001	8.0000 001-Vr. ESTORNO ICMS A RECOLHER REF. DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS	11.124,00	C	42.271,20	D
07/02	2.1.1.05.001	31.0000 001-Vr. icms a recolher conf. ecf 501-600	111.240,00	D	153.511,20	D
21/03	2.1.1.05.001	72.0000 001-Vr. icms a recolher conforme venda a vista	92.700,00	D	246.211,20	D
21/03	2.1.1.05.001	110.0000 001-Vr. icms ref a venda mercadorias a prazo	111.240,00	D	357.451,20	D
31/03		161.0000	357.451,20	C	0,00	
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	368.575,20	Total Crédito	368.575,20
					<b>0,00</b>	
<b>CONTA : 4.1.1.03.003 - PIS</b>					<b>REDUZIDO : 172</b>	
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento	Valor		Saldo	
05/01	2.1.1.04.002	4.0000 001-Vr. PIS A RECOLHER REF.VENDAS A VISTA CONF. ECF 01-99	679,80	D	679,80	D
10/01	2.1.1.04.002	13.0000 001-Vr. PIS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 100-200	934,73	D	1.614,53	D
20/01	2.1.1.04.002	18.0000 001-Vr. PIS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 201-300	900,74	D	2.515,27	D
25/01	2.1.1.04.002	22.0000 001-Vr. PIS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 301-400	1.019,70	D	3.534,97	D
27/01	2.1.1.04.002	26.0000 001-Vr. PIS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 401-500	1.359,60	D	4.894,57	D
31/01	2.1.1.04.002	9.0000 001-Vr. ESTORNO PIS A RECOLHER REF. DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS	1.019,70	C	3.874,87	D
07/02	2.1.1.04.002	32.0000 001-Vr. pis a recolher conf. ecf 501-600	10.197,00	D	14.071,87	D
21/03	2.1.1.04.002	73.0000 001-Vr. pis recolher conforme venda a vista	8.497,50	D	22.569,37	D
21/03	2.1.1.04.002	111.0000 001-Vr. pis ref a venda mercadorias a prazo	10.197,00	D	32.766,37	D
31/03		162.0000	32.766,37	C	0,00	
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	33.786,07	Total Crédito	33.786,07
					<b>0,00</b>	



RAZÃO ANALÍTICO						
<b>LOJAS RENNER S.A.</b>						<b>0002</b>
AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : 91410-400						
PORTO ALEGRE / RS						
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62				Inscrição Estadual: ISENT0		LIVRO : 0001
Período Movimento: 01/01/2020 a 31/03/2020						FOLHA: 17
<b>CONTA : 4.1.1.03.004 - COFINS</b>						<b>REDUZIDO : 173</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento			Valor	Saldo
05/01	2.1.1.04.003	5.0000 001-Vr. COFINS A RECOLHER REF.VENDAS A VISTA CONF. ECF 01-99			3.131,20 D	3.131,20 D
10/01	2.1.1.04.003	15.0000 001-Vr. COFINS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 1			4.305,40 D	7.436,60 D
20/01	2.1.1.04.003	19.0000 001-Vr. COFINS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 201-300			4.148,84 D	11.585,44 D
25/01	2.1.1.04.003	23.0000 001-Vr. COFINS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 301-400			4.696,80 D	16.282,24 D
27/01	2.1.1.04.003	27.0000 001-Vr. COFINS A RECOLHER REF. VENDA A PRAZO CONF. ECF 401-500			6.262,40 D	22.544,64 D
31/01	2.1.1.04.003	10.0000 001-Vr. ESTORNO COFINS A RECOLHER REF. DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS			4.696,80 C	17.847,84 D
07/02	2.1.1.04.003	33.0000 001-Vr. cofins a recolher conf. ecf 501-600			46.968,00 D	64.815,84 D
21/03	2.1.1.04.003	74.0000 001-Vr. cofins a recolher conforme venda a vista			39.140,00 D	103.955,84 D
21/03	2.1.1.04.003	112.0000 001-Vr. cofins ref a venda de mercadorias a prazo			46.968,00 D	150.923,84 D
31/03		163.0000			150.923,84 C	0,00
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	155.620,64	Total Crédito	155.620,64
<b>CONTA : 4.1.1.04.001 - DEVOLUÇÕES DE MERCADORIAS</b>						<b>REDUZIDO : 254</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento			Valor	Saldo
31/01	1.1.2.01.001	7.0000 001-Vr. RECEBIMENTO DE MERCADORIAS EM DEVOLUÇÃO			61.800,00 D	61.800,00 D
31/03		165.0000			61.800,00 C	0,00
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	61.800,00	Total Crédito	61.800,00
<b>CONTA : 4.1.2.01.001 - Juros Ativos</b>						<b>REDUZIDO : 176</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento			Valor	Saldo
25/03	1.1.1.02.004	119.0000 001-Vr. recebimento juros ref duplicata em atraso			1.030,00 C	1.030,00 C
31/03		164.0000			1.030,00 D	0,00
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	1.030,00	Total Crédito	1.030,00
<b>CONTA : 4.1.2.01.006 - ganho alienação de veiculos</b>						<b>REDUZIDO : 270</b>
Data	Contrapartida	Número Lançamento / Histórico / Complemento			Valor	Saldo
25/03		121.0002 001-Vr. ganho na venda de veiculos			20.600,00 C	20.600,00 C
31/03		177.0000			20.600,00 D	0,00
		<b>RESUMO</b>	Total Débito	20.600,00	Total Crédito	20.600,00